

Fortaleza
Avaliando os impasses

fazendo **AMANHÃ**

ANO I - N.º 9 - JULHO DE 1986 - Cz\$ 5,00



Foto Jornalística publicada na *Afinal* em 19/03/85

Reforma Agrária

Camponeses de um lado o governo de outro
Pág. 8 e 9



A revolta de Soweto
Pág. 14 e 15



Entrevistamos a oposição metalúrgica
Pág. 6 e 7

Avançar no processo constituente

1. As movimentações, acordos, articulações procuradas pelas várias frações das classes dominantes falam por si da importância que as mesmas atribuem ao processo constituinte. As Federações e Confederações da grande burguesia acumulam fortunas para fazer valer seus interesses. A União Democrática Ruralista faz um leilão de gado atrás do outro para "engordar" sua "caixinha", com o duplo objetivo de armar a jagunçada e eleger candidatos comprometidos com o latifúndio. Um dos seus coordenadores nacionais, o fazendeiro Plínio Junqueira, não fez segredo: recentemente afirmou que sua entidade, juntamente com outras quarenta, tudo farão para garantir 51 por cento dos deputados.

2. Por seu turno, o governo Sarney e os partidos da Aliança Democrática, assistem a tudo impávidos, ao mesmo tempo em que se proclamam defensores dos interesses populares. E mais: a cada dia tomam novas precauções para assegurar um sólido bloco conservador que garanta a aprovação de um texto compatível com as "necessidades nacionais". Depois de ter dado poderes constituintes ao Congresso Nacional, em detrimento de uma Assembléia com mandato específico para constituir. De nomearem uma "Comissão de Notáveis" para tentar impor um projeto, que certamente ainda terá que passar pelo crivo do Palácio do Planalto. De manter as leis de exceção, o aparelho repressivo e a influência do alto comando militar na vida política do país. Depois de tudo isto, arrematam com a lei que irá regulamentar o uso dos meios de comunicação de massa. Uma verdadeira pérola, feita na medida para conceder o máximo de tempo ao PMDB, PFL e PDS e para restringir ao mínimo o tempo dos partidos com pequena representação parlamentar, e particularmente para tirar espaço ao PT.

3. Na verdade, é mais do que cristalino o fato de que o governo Sarney e as classes dominantes estão procurando armar o "circo" para que tudo fique sob estrito controle, para que se expresse "soberanamente" o poder do grande capital.

4. Em torno do processo constituinte, com o peso e o significado do voto, procurarão solidificar e legitimar o novo regime político de dominação e a ordem capitalista. Além de uma Constituinte burguesa, com uma Constituição ultraconservadora, a imagem e semelhança da transição que busca produzi-la. Eis o que almejam.

5. Todavia existe uma disputa real que está posta e que coloca de um lado a possibilidade de um resultado político que expresse justamente o coroamento do pacto conservador, envolto pela faixa democrática e com legitimidade perante as massas e, de outro, a possibilidade de um resultado político que instabilize a transição, dissemine a desconfiança nas instituições burguesas, eleve o nível de consciência e organização dos trabalhadores e contribua para o avanço da luta pelo socialismo. Concentrar todos os esforços nesta segunda possibilidade é, como se vê, decisivo para a luta do proletariado e das classes populares.

6. Neste contexto, é inequívoca a principalidade que a Constituinte assume nas eleições de 15 de novembro. E daqui para a frente, cada vez mais, as manifestações mais importantes da luta de classes não serão externas a este processo. Ao contrário. Por envolver a discussão de projetos globais, portanto, das relações econômicas, políticas, sociais, culturais, morais, etc., a disputa em torno da Constituinte polarizará enormemente as atenções no país. Qualquer subestimação deste fato deixará o caminho aberto para as classes dominantes e será nefasto para o movimento operário e popular.

7. Uma primeira questão que deve ser resolvida, para orientar uma intervenção avançada dos trabalhadores é a combinação das mobilizações por reivindicações econômico-sociais com o processo-constituente. Ainda que sejam esferas de atividades distintas, com certa autonomia, somente com a articulação entre elas as massas populares poderão, ao mesmo tempo, garantir alguns dos seus interesses e começar a ver, quando suas exigências forem negadas, o caráter de classe da Constituinte. Somente através da

luta os direitos dos povos têm chance de serem inscritos nas Constituições. Mas para tanto, será necessário também um movimento de pressão que perpassa todo o processo e se dirija em dado momento diretamente à Constituinte reunida.

8. Uma segunda questão chave é a correta combinação da luta por reformas reais com a luta pelo socialismo. É óbvio que uma Assembléia concebida para representar basicamente os interesses do capital jamais aprovaria uma constituição socialista. E nem medidas socialistas, visto que é um absurdo conceber as mesmas no interior de um Estado burguês. Neste quadro não se trata de colocar para votação no Parlamento um programa socialista. Mas de defender uma plataforma de reformas radicais. Não apenas as possíveis de serem conquistadas. Também aquelas que, sendo capazes de polarizar pelo menos as parcelas avançadas das massas, questionem a dominação imperialista, o poder dos monopólios, a existência do latifúndio, a militarização do Estado, a limitação da liberdade política, o aparelho repressivo. Além disso, será necessário travar uma imensa disputa em torno de algumas questões que, sem serem socialistas, abrem espaço para o questionamento da ordem burguesa vigente e permitem fazer a agitação anticapitalista. Por exemplo, a defesa de que se inscreva na Constituição o direito dos povos a se rebelarem contra os governos opressores, a discussão em torno da propriedade privada.

9. A correta combinação da luta por reformas reais com a luta pelo socialismo implica em evitar que esta luta se situe apenas no terreno da propaganda, de maneira externa ao processo constituinte. Sem dúvida, será um momento privilegiado para fazer uma ampla propaganda da luta revolucionária e socialista. Porém, será da maior importância colar o debate sobre o socialismo nas questões constitucionais em disputa, denunciando de maneira viva a sociedade capitalista e seus valores.

10. Uma intervenção avançada no processo constituinte não pode restringir-se a defender os interesses sociais, políticos e econômicos dos explorados e oprimidos. É parte integrante de uma política revolucionária a luta contra os preconceitos e a discriminação, contra o conservadorismo nos costumes e na moral, contra a utilização predatória da natureza. Uma resposta a estas questões, articulada com uma perspectiva global que negue a hipocrisia reinante na sociedade burguesa, além de ser uma tarefa obrigatória, é decisiva para que se supere a visão individualista e corporativa que vigora em grande parte dos movimentos ecológicos e das chamadas "minorias".

11. As classes dominantes estão utilizando todas as suas armas na disputa em curso. Quanto mais se aproximar a eleição maior será o uso do dinheiro, das máquinas governamentais, dos rádios, televisões e jornais. Os trabalhadores e as massas para se contrapor a isto, precisam reunir suas forças, aprofundar sua organização, fortalecer sua independência e entrar na luta política para valer. Os congressos estaduais e nacional da CUT, bem como todas as demais instâncias de luta e organização dos operários, dos camponeses e do povo, deverão dar especial atenção à elaboração de uma intervenção capaz de frustrar os planos do governo, dos banqueiros e dos reformistas que lhes secundam.

fazendo AMANHÃ

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genóino Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro, Sérgio Murilo.

Planejamento gráfico e diagramação:

Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CEP: 01314 - São Paulo - SP - Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

A emenda piorou o soneto

Miguel de Alcântara

Uma emenda aprovada no IV Encontro Nacional estigmatiza posições, restringe a democracia interna, inibe o avanço político do PT.

No seu IV Encontro Nacional o PT, ao aprovar uma emenda ao texto básico tratando sobre as tendências e organizações políticas que militam no seu interior perdeu uma grande oportunidade de travar um debate fecundo que teria ricas conseqüências para o partido. Diz em um certo momento, o texto aprovado: "a discussão sobre tendências e organizações ganha importância devido aos acontecimentos de Salvador" (refere-se a tentativa de um assalto a banco naquela capital, atribuído a uma organização de esquerda).

Mas o que é exatamente que o problema político da existência de militantes de esquerda filiados ao PT tem a ver com os fatos de Salvador? A rigor, nada. Aliás, não foram poucas as organizações de esquerda que criticaram severamente aquele ato. E isto é mais do que sabido dentro do PT.

Estigmatizando posições

Mas não é nenhum descuido ou ino-cência dos autores da emenda, Marco Aurélio Garcia e José Álvaro Moisés, terem formulado assim. O que se pretende é envolver, de forma muito sutil e subreptícia, o conjunto das organizações de esquerda com os acontecimentos de Salvador. O que se pretende agindo desta forma é algo mais ou menos óbvio: estigmatizar os militantes organizados da esquerda dentro do PT a fim de que preconceituosamente, sem entrar no mérito das posições políticas, elas sofram uma espécie de rejeição do partido. Isto, por certo, tomará ainda mais difícil seu acesso aos postos-chaves de direção partidária. Cria-se assim uma espécie de "síndrome de esquerda", onde, de noite e de dia, todos os gatos são pardos, bastando para isso situar-se a esquerda organizada no espectro das forças políticas que hoje compõe o PT. E, como é fácil perceber, isto não se dá a partir do debate e do enfrentamento de idéias, mas a partir da superstição.

Impedindo a universalização

Não é preciso dizer que esta forma de travar a luta política impede este partido de universalizar-se, incapacitando-o para perceber mais rapidamente, na prática da discussão, os erros a corrigir e os caminhos a seguir. Portanto, é fundamental o PT buscar uma forma política de resolver os problemas político. Uma forma que recuse os preconceitos, estigmatizações, subterfúgios.

Além disto convém assinalar também que a medida que os militantes nas organizações de esquerda vão sendo impedidos de participar dos centros de direção partidária, através do mecanismo que referimos alguns parágrafos acima, a própria emenda contradiz-se, assim como contradiz, o próprio espírito do PT. Afinal, a emenda aprovada também afirma que o PT assegura "a existência das minorias e seu direito a representação e

manifestação em todas as instâncias do partido". Mas como poderá realizar-se isto se no próprio texto, como vimos, existe um trecho que possibilita a virtual exclusão da esquerda destas mesmas instâncias?

O ranço anticomunista

E, por fim, cabe referir ainda que a emenda aprovada — contrariando a vontade expressada tantas vezes pelos militantes do PT de combater o anticomunismo — tem um inequívoco ranço anticomunista. Isto fica ainda mais claro quando a emenda desautoriza "a militância em outros partidos que não o PT."

Agindo desta forma tenta-se resolver administrativamente uma questão que é essencialmente política, e na qual o PT não tem ainda uma discussão suficientemente acumulada. Refiro-me a relação entre a idéia da construção de um partido de massas e a concepção leninista de partido. Existirá, por exemplo, alguma contradição aguda e definitiva entre estas duas idéias? Nada indica a existência desta contradição "mortal" entre um partido de massas e a concepção de Lenin sobre o partido revolucionário. No plano da política, ao contrário do que se supõem, eles não são opostos e podem mesmo ser complementares.

Construindo abstrações?

Mas, se não existe esta oposição naquilo que é predominante e central em nossa práxis, isto é, a atividade política, não será uma abstração, que só origina falsas polêmicas, colocar-se este problema como prioritário, como demarcador de águas na conjuntura que vivemos? São as concepções teóricas e de doutrina que devem servir como parâmetros para a prática política comum e unitária que devem ter todas as forças que se opõem ao governo Sarney, a Nova República e a transição burguesa? Mas se é este o critério — e não as exigências político-práticas — como poderiam conviver dentro do PT posições marxistas e atéias e posições cristãs e teológicas? Neste mesmo sentido: como se poderia reunir, por exemplo, sob a bandeira da reforma agrária visões tão opostas, se o critério fosse o da doutrina e o da teoria? A resposta é simples: não se poderia.

Portanto, não nos parece que possa existir um outro critério que não o das necessidades da luta política para buscar-se a unidade das forças que constituem o PT. E, tampouco, nos parece que possa ser outro o critério a informar a pertinência das investigações teóricas e das polêmicas doutrinárias. Mesmo porque, se não for assim, daqui a pouco estaremos emaranhados numa verdadeira teia de teorismos e doutrinarismos, e paralisados, como é óbvio, para enfrentar os desafios da vida política. E, por certo, ninguém deseja um partido parálico.



Ainda a complementaridade

Como já dissemos acima não existe uma oposição, e pode haver uma complementaridade, no plano político, entre a idéia de construir um partido de massas e a concepção leninista de partido. E tanto isto é verdade que são várias as contribuições que os militantes marxistas — leninistas tem dado ao avanço teórico e político do Partido dos Trabalhadores, sem que sejam obrigados a abandonar seus princípios, sem que violem a democracia do PT, ou infrinjam seus postulados programáticos.

Detenhamo-nos um momento: a emenda aprovada também afirma que o direito (de participação das tendências no PT) não deve se estender a grupos que não abraçam seu programa nem acatam sua democracia e disciplina. Isto é pacífico. Afinal, o critério para a participação em qualquer organismo, seja político, seja sindical, associativo, e a concordância mínima com seu programa, e suas disposições.

Porém o que não se pode supor é que o programa do PT contemple, tanto em profundidade como em abrangência, todo o leque de propostas políticas daqueles que lutam por uma transformação revolucionária e socialista da sociedade brasileira. Não raro o programa petista é limitado e insuficiente como veremos adiante. Mas sem dúvida ele também possui pontos que abarcam importantes aspectos da luta política, e isto permite o ingresso dos marxistas-leninistas em suas fileiras. Não há, pois, uma divergência programática tão profunda que inviabilize a participação dos marxistas no interior do PT. A vertente política comum está assegurada pela concordância fundamental em torno da bandeira do combate intransigente à Nova República.

Por outro lado não se pode tomar a democracia e a disciplina petista como categorias de mesmo atributo que o centralismo democrático. É preciso que travemos um amplo debate a fim de se extirparem as incompreensões neste sentido e para que possamos situar os devidos níveis em

que atuam e são eficazes estas categorias. De outra forma, poderemos misturar alhos com bugalhos chegando até mesmo a anular aquela complementaridade que referi acima. E que, até prova em contrário, parece-me extremamente importante de ser resguardada.

O esforço de aperfeiçoamento

Por outro lado a emenda de Marco Aurélio e Moisés, não pode dar a entender que tanto o programa do PT, como os pressupostos normativos de suas relações internas já estejam dados de uma vez para sempre? Isto significa dizer, por exemplo, que os militantes do PT não devem fazer nenhum esforço seja para aperfeiçoar seu programa de lutas, seja para melhorar a democracia de seu convívio interno, onde ainda reina muita exclusão e muito sectarismo, ou suas regras disciplinares, ainda tão marcadas pelo administrativismo?

Avançando no programa

Parece-me que fazer avançar o PT na abordagem destes problemas é uma questão fundamental, posta com toda a força na mesa da prática política hoje. Portanto, não podemos aprovar propostas que inibam e restrinjam o debate neste sentido.

Pois, o mínimo que podemos dizer é que há ainda muita discussão sobre as formas organizativas que a revolução brasileira precisará construir para efetivar-se. E, sem dúvida, a discussão sobre o leninismo irá ocupar um lugar privilegiado de nossa atenção. Desde já necessitamos ir confrontando idéias a fim de que o debate não seja prejudicado por mal-entendidos e incompreensões, e possa transcorrer, como disse antes, sobre a essência das posições. Se este breve texto contribuir nesta direção já terá cumprido o seu papel.

No Chile, greve contra Pinochet

Para marcar a "desobediência civil" contra o regime do general Augusto Pinochet, será realizada nos dias 2 e 3 de julho, uma greve geral no Chile.

A iniciativa da greve partiu da Assembléia da Civilidade, criada em abril e que reúne trezentas entidades chilenas. A paralisação conta com o apoio do partido Democrata Cristão, o maior partido político daquele país; do Comando Nacional dos Trabalhadores - CNT -; e da Intransigência Democrática, uma frente de oposição na qual convivem diversas tendências políticas.

A Assembléia da Civilidade deu ao general Pinochet o prazo até 30 de maio para que respondesse ao documento contendo as "reivindicações do Chile", cuja principal é a realização imediata de eleições livres.

Sem receber qualquer resposta, os ativistas chilenos iniciaram, a 2 de junho, um plano de "desobediência civil" que inclui uma série de mobilizações gerais e setoriais.

Nos três primeiros dias de execução deste plano, as manifestações envolveram estudantes e professores e a repressão do governo deixou um saldo de oitocentas pessoas presas.

Na repressão a estes atos, a polícia chilena está usando gases tóxicos que provocam hemorragia interna, afetam a visão e inflamam a laringe, o fígado e os pulmões. Denúncia neste sentido foi feita pe-



lo presidente da seção de Santiago do Colégio Médico Nacional, Ricardo Vacarezza, ao afirmar que as vítimas da repressão de Pinochet têm sido seriamente afetadas pela inalação dos gases.

Em carta ao Ministério do Interior, os médicos advertiram sobre os perigos do gás que está sendo utilizado e pediram informações a respeito de seus componentes químicos, mas não obtiveram resposta.

Para reprimir as manifestações contrárias a seu regime, o general Augusto Pinochet está mobilizando também as Forças Armadas para verdadeiras "operações de guerra", que incluem invasões a bairros populares de Santiago.

Os milhões de dólares dos anti-sandinistas da Nicarágua

De 1981 para cá, os Estados Unidos já entregaram 162 milhões de dólares aos rebeldes anti-sandinistas da Nicarágua. Neste total estão incluídos cerca de 30 milhões de dólares fornecidos por organizações privadas conservadoras norte-americanas entre 1984 e 1985, quando o Congresso norte-americano cortou a ajuda oficial aos "contras".

A Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos - CIA - forneceu a verba utilizada pelos "contras" para fazer propaganda de sua causa na Europa e para abrir representações em Madri, Genebra, Paris, Cidade do Panamá, Caracas, Bogotá, Buenos Aires, Tegucigalpa e São José da Costa Rica. A CIA entregou à União Opositora Nicaraguense - UNO - mais de 1,5 milhão de dólares para pagar seus líderes e abrir estas representações. A UNO é uma frente política criada pelos Estados Unidos em abril de 1985 para tornar mais "respeitável" a guerra suja mantida através dos "contras". A ajuda da CIA serviu também para pagar a emissora de rádio dos rebeldes da Costa Rica, "A Voz da UNO", e viagens à Espanha e Venezuela para conseguir apoio político.

Apesar de todas estas atividades, os rebeldes anti-sandinistas ainda não conseguiram explicar o fim que deram a treze dos 27 milhões de dólares doados pelos Estados Unidos em junho de 1985, a título de "ajuda humanitária".

Constituinte e o "lobby" do empresariado privado

A criação de um novo departamento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - com a função específica de fazer o "lobby" do setor privado na Constituinte é um dos principais

projetos a ser desenvolvido pelo novo presidente da entidade, Mário Amato, que assume em setembro.

Segundo Amato, principal acionista do grupo Springer/National, a ação deste "lobby" será a mais profissional possível: "Vamos defender o interesse da iniciativa privada".

Ao projetar este novo setor que poderá ser chamado de Departamento de Programação e Controle da Constituinte, Mário Amato lembrou uma experiência realizada pelo industrial Roberto Simonsen, então presidente da Fiesp, na década de 40. As vésperas da Constituinte de 1946, Simonsen criou na entidade uma estrutura para tentar influir nas votações de matérias que afetavam o interesse do setor industrial privado. "Roberto Simonsen viu isto na sua época e fez; nós vamos fazer, se possível de forma melhor", afirma Amato.

Governo brasileiro continua violando os direitos humanos



O Brasil viola os direitos humanos. Esta a conclusão a que chegou Thomas Hammarberg, secretário-geral da Anistia Internacional, uma organização com 500 mil filiados em todo o mundo e dedicada à luta pela libertação dos presos políticos e contra a tortura e pena de morte.

Ao visitar o País, no final do mês passado, Hammarberg criticou a atuação do governo brasileiro no campo dos direitos humanos, especialmente no que se refere ao assassinato de sindicalistas no campo e à violência policial nas grandes cidades.

Após ter se reunido com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, o secretário-geral da Anistia Internacional saiu convencido de que falta às autoridades brasileiras, uma vontade política efetiva para levar adiante as investigações sobre violações dos direitos humanos. A Hammarberg, Brossard, demonstrou não saber nada a respeito da convenção das Nações Unidas contra a tortura que o presidente Sarney assinou na ONU em setembro do ano passado, e que até agora não foi ratificada pelo Congresso.

A ratificação desta convenção foi pedida também pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, durante missa que celebrou em São Paulo, em memória dos presos políticos desaparecidos. Dom Paulo disse que a violência no campo e a escravidão branca são formas de tortura e pediu que o governo esclareça o desaparecimento, no País, de 144 presos políticos. O cardeal-arcebispo, a exemplo do líder da Anistia Internacional, também criticou o ministro Paulo Brossard, classificando de calamitosa sua afirmação de que a Igreja não deve se meter na discussão da reforma agrária, já que está separada do Estado desde a proclamação da República.

Lepra de meia em meia hora Tuberculose de seis em seis m.

Do orçamento global da República deste ano, o Ministério da Saúde ficou com somente 1,83 por cento. E isto num País onde um caso de tuberculose surge a cada seis minutos, 43 de malária são constatados por hora, um novo diagnóstico de lepra é feito de trinta em trinta minutos e

uma criança contrai sarampo a cada cinco minutos.

Estes dados, recentemente divulgados, foram levantados pela secretaria geral do Ministério da Saúde, em 1984 e não representam, embora alarmantes, a verdadeira situação da saúde pública no Brasil, que vem piorando significativamente nos dois últimos anos. O próprio ministro Roberto Santos, admite um crescimento geral do número de doentes, vítimas de epidemias e surtos de doenças infecciosas.

Sérgio Arouca, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, vinculada ao Ministério, lembra também das milhares de pessoas com doenças transmissíveis que estão espalhadas pelas regiões rurais desassistidas, pelas favelas e por áreas onde não há saneamento básico.

O "Aedes aegypti", mosquito transmissor da dengue e da febre amarela, já está presente em doze Estados, havendo suspeitas de sua proliferação em mais outros.

E isto que para cuidar da saúde do brasileiro, existem cerca de quinhentos órgãos, somente a nível federal. Mas o Inamps, por exemplo, esteve mais preocupado em contrabalançar o superávit comercial obtido pelo Brasil em seu comércio com a Alemanha, em 1977, gastando 4,4 milhões de dólares com a importação de aparelhos médico-hospitalares com similar nacional e, em sua maioria, desnecessários.

Seita Moon investe para eleger 57 constituintes

Como contraponto aos "agentes desagregadores da sociedade, sobretudo os marxistas que dominam os meios de comunicação", os adeptos da Associação Internacional Causa-Brasil, ligada à organização político-religiosa do reverendo sul-coreano Sun Myung Moon, estão empenhados em eleger 57 candidatos ao Congresso-Constituinte no Brasil.

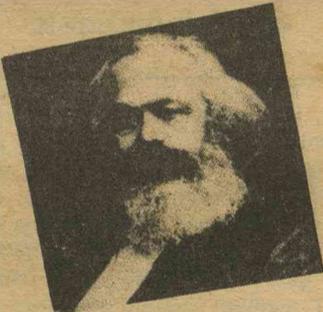
Conforme o presidente da Associação, Miguel Ângelo Bueno Rocha, esta campanha terá a ajuda dos 180 mil filiados e simpatizantes que a seita acredita ter no Brasil e a aproximação com os políticos que se beneficiarão deste apoio foi feita durante sete seminários regionais, promovidos de janeiro a abril deste ano.

Embora sem anunciar os nomes dos candidatos que terão à sua disposição a máquina eleitoral da seita, Bueno Rocha adiantou o seu perfil: "identificam-se com as idéias políticas do reverendo Moon, em oposição ao marxismo e ao capitalismo antiespiritualista, e defendem o 'familismo', onde a relação de respeito dos filhos para com os pais deve se prolongar na relação alunos-professores e empregados-patrões".

Pessoalmente, o presidente da seita Moon no Brasil diz apoiar Paulo Maluf para o governo de São Paulo, mas afirma que os candidatos ao Congresso Constituinte que contarão com a Causa-Brasil (organizada em quinze estados) não pertencem, obrigatoriamente ao PDS. Por ordem decrescente, há filiados ao PFL, PMDB, PDS e PTB.

Os recursos necessários ao financiamento das 57 campanhas eleitorais, serão formados com o lucro de quatorze padarias paulistanas além do obtido pelas empresas de importação, clínicas dentárias e pequenas confecções hoje controladas pela seita Moon. Miguel Ângelo Bueno Rocha diz que não será necessário empregar dinheiro estrangeiro, vindo principalmente dos Estados Unidos e do Uruguai, para a eleição de seus representantes na Constituinte brasileira.

Leiloado o "Manifesto", de Marx e Engels



Foi leiloado em Londres, por 39.600 dólares (aproximadamente 820 mil cruzados), um exemplar da primeira edição do "Manifesto do Partido Comunista", de Karl Marx e Friederich Engels. O livro foi impresso em Londres, em 1848, no idioma alemão, e possui as 23 páginas originais, estando somente sem a capa.

Desta primeira edição do "Manifesto Comunista", de mil cópias, restam no mundo somente onze exemplares. A maioria foi queimada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

CUT realiza Congresso

Com 1096 delegados, representando 133 categorias, a CUT/RS realizou nos dias 20 e 21 de junho, um dos maiores e mais representativos congressos da sua curta história. As resoluções reafirmaram o apoio à Reforma Agrária, exigindo a desapropriação dos latifúndios produtivos e improdutivos que ultrapassem os 500 hectares, a imediata apuração dos responsáveis pelos crimes cometidos contra os camponeses e indígenas. Para a presidência foi eleito Jurandir Leite, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Sintel).

Qual a unidade?

Sydney de Azevedo

Entre as polêmicas do próximo congresso da CUT a relação com a CGT.

Foi no dia 23 de julho de 83 que aconteceu uma greve geral no Brasil. Era o produto de um processo de lutas que ganhou força com os petroleiros de Paulínia e Mataripe e se tornou incontido com a solidariedade dos metalúrgicos do ABC. Até o Joazeiro teve que aderir formalmente. Senão, passavam por cima dele. A paralisação não envolveu a totalidade dos trabalhadores. Mas foi suficientemente forte para provocar tremores e influenciar os rumos no movimento sindical. Ela mostrou para onde os ventos sopravam. Um mês depois, no final de agosto, em São Bernardo do Campo, nascia a Central Única dos Trabalhadores. (CUT) Fora dela, ficaram os pelegos, os reformistas do PCB, do PCdoB e do MR8. Para eles, muito mais importante que criar uma entidade unitária — que diziam, a época, defender ardorosamente — era evitar o fortalecimento de uma alternativa independente. Com a perspectiva de derrota que já se desenhava nos Encontros Estaduais, arrumaram uma desculpa e trataram de dar o fora. Estava consumado um “racha” no movimento sindical.

Sem dúvida, aquela divisão era absolutamente inevitável. E o desenvolvimento político posterior evidenciou isto de maneira cristalina. O contrário, só seria possível se os setores combativos capitulassem frente a estrutura sindical atrelada e a conciliação com as classes dominantes. Valeria a pena pagar tal preço? Talvez, para os apologistas da unidade a qualquer custo. Certamente não, para o avanço da luta de classes do Brasil.

As vésperas do seu II Congresso (após o de fundação em 83 aconteceu o I CONCURTO em agosto de 84), a CUT é uma entidade consolidada, e em constante crescimento. Em três anos conquistou importantes sindicatos, tornou-se respeitada e passou a aglutinar os trabalhadores mais combativos. E se constitui hoje numa referência para amplos setores das massas. Os motivos para tal fato, estão ligados a postura da CUT diante do movimento operário e popular e a sua recusa em fazer parte do jogo da transição conservadora. Partindo deste acúmulo, a CUT necessita agora aprofundar suas definições e dar um salto para constituir-se como única Central sindical de massas no Brasil.

A fundação da CGT em março deste ano representou uma tentativa de conter o crescimento da CUT. Diante da vertiginosa queda do já débil prestígio da CONCLAT, os pelegos e os reformistas apostaram todas as suas fichas na criação da CGT. Na ocasião, sob os auspícios do “pacote” econômico do arrocho salarial, o Ministro Almir Pazzianoto, num rasgo de euforia revelador das intenções do

governo não se conteve: “finalmente temos nossa central”, disse ele. Euforia que acabou não se justificando diga-se de passagem. Bastou as greves retornarem com força para ficar claro que a CGT também não está emplacando. Seus dias serão tanto mais sombrios quanto maior for o avanço das mobilizações dos trabalhadores.

Todavia, a existência da CGT desencadeou uma discussão fundamental no campo da CUT: como tratá-la: obviamente, são poucos os que acalentam a idéia da fusão com os conciliadores no futuro. Mesmo porque, tudo parece indicar, que os caminhos cada dia se tornam mais opostos. Entretanto, são bem mais numerosos os adeptos da tese de uma relação com a CGT que pode ser caracterizada como, digamos, “de central para central”. A CUT representando os trabalhadores combativos e a CGT os mais atrasados. O modelo típico de uma boa parte de países europeus, onde existem várias centrais, praticamente em pé de igualdade, e cada uma representando uma corrente de opinião.

Trata-se de uma visão de sentido liberal acerca do papel do movimento sindical e da luta dos trabalhadores no capitalismo, que aceita como sendo algo natural a divisão dos operários e das classes populares. Uma coisa é a recusa a fusão com os pelegos e reformistas que optaram pelo papel de agentes da burguesia no interior do movimento operário e popular. Outra é a busca da união dos de “baixo” em torno de posições avançadas. Esta linha é que deve pautar a intervenção da CUT: passar por cima da CGT, dirigir-se diretamente às suas bases e chamá-las à mobilização. É por aí que a CUT poderá resgatar a bandeira da unidade combativa dos trabalhadores e conduzir de vez a CGT para aquilo que ela demonstra ter enorme vocação: uma articulação divisionista, apelegada, sem massa e sem forças.

Cumprir a tarefa enunciada acima exigirá da CUT a superação de importantes debilidades. E o próximo período oferece excelentes condições para isso. Trata-se de articular num movimento único as várias lutas a serem desencadeadas. As campanhas salariais e a luta grevista contra o pacote, o movimento pela reforma agrária, a questão da dívida externa, e outras bandeiras importantes, fundidas com a luta política em curso, onde terá destaque o processo constituinte. Além disso, caberá ao II CONCURTO aprofundar a quebra da estrutura sindical atrelada, definir uma política de fortalecimento das oposições sindicais e da organização nas fábricas e nos locais de trabalho.

Entrevistamos Domingos Galante, membro da Executiva Nacional da CUT e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de São Paulo; ele fala sobre o congresso da CUT e diz também que:

“A classe operária quer enxergar o socialismo”

Quais as principais tarefas do congresso da CUT?

Domingos Galante: Mais do que um plano de lutas será preciso pensar nos objetivos gerais deste Congresso. Além das questões estritamente sindicais, o Congresso deverá definir melhor a questão do socialismo, o papel da Central, a relação da CUT com o PT e ainda a situação no campo.

Qual o balanço dos primeiros meses do “pacote” e como enfrentá-lo daqui para a frente?

Domingos: Eu acho que praticamente todos os trabalhadores já perceberam as perdas vindas com o “pacote”, mesmo com a máscara que existe hoje sobre os índices inflacionários. Nas fábricas todo mundo sente uma perda muito grande, do início do pacote até agora.

Qual o desdobramento disto?

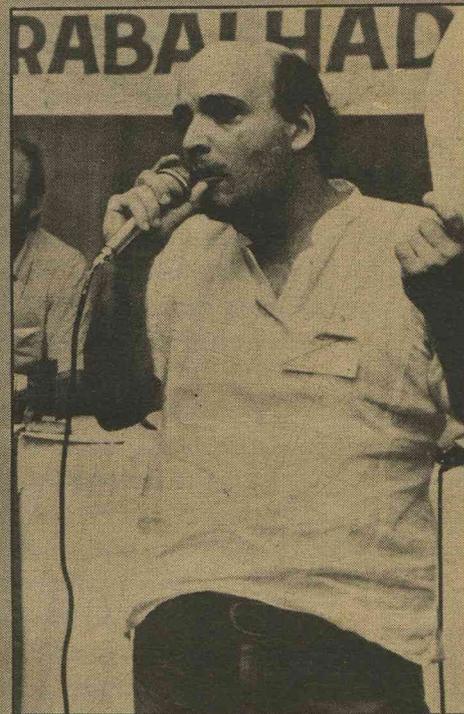
Domingos: O processo grevista do mês de julho vai ser muito intenso. Vamos ter que fazer todo um esforço para repor as perdas agora, não podemos esperar até novembro. E não podemos também fazer uma campanha meramente econômica, temos que ligar as conquistas econômicas às conquistas políticas, o que será plenamente possível quando houver na massa um grande sentimento de unificação. Agora poderemos fazer a preparação para o final do segundo semestre, quando a CUT deverá buscar expandir o processo grevista de maneira simultânea em várias categorias.

Como é que a CUT vai se posicionar no processo constituinte?

Domingos: Eu acho que a CUT não deve alimentar fantasias. Eu acho que só vai ser inscrito na Constituição o que conquistarmos de forma direta, através da luta. Uma questão importante diz respeito à participação dos trabalhadores no processo de discussão da Constituinte. A idéia é termos um período mensal, três a quatro horas, para discutir a Constituinte nas fábricas. Os debates seriam organizados por comissões com estabilidade. Outro aspecto decisivo neste processo é o da unidade dos trabalhadores do campo com os da cidade. Uma sugestão é a de que todas as categorias urbanas levem para a mesa de negociação a questão da reforma agrária. Os patrões, certamente, vão se negar a travar esta discussão. E essa recusa vai mostrar a ligação entre os latifundiários e os grandes grupos econômicos.

Qual a posição da CUT sobre a questão do socialismo?

Domingos: Isto ainda está muito mal discutido. Eu acho que, inclusive o PT, nesta área, tem faltado muito no seu papel de partido. Apesar de que se defen-



da que o PT é um partido revolucionário ele não tem feito uma luta política para ser direção de um processo revolucionário. Tem ficado muito no campo institucional, trazendo muita ansiedade nos quadros da CUT. Todo sindicalista mais conseqüente sente que está na hora de nós termos pelo menos uma noção de como vamos chegar ao socialismo. Nas teses da CUT estadual de São Paulo tem lá dois parágrafos sobre o tema. Talvez não exista unanimidade sobre eles. Mas é uma necessidade da classe operária aprofundar esta discussão para enxergar melhor o socialismo e sentir que suas tarefas já estão integradas nesta luta.

E a relação com a CGT?

Domingos: A CGT é uma entidade de pelegos, de reformistas, que só existe com o apoio da burguesia. Quando a luta de classes se acirra apenas a CUT tem condições de se fortalecer. É só observar o que ocorreu nestes últimos três anos. A CGT aglutina desde o Magri (presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo), que é financiado pelo sindicalismo e pelos dólares americanos, até o PCB e o PC do B. Representa uma aliança entre sindicalistas ligados ao imperialismo, pelegos e reformistas. E a não ser que a burguesia dê um golpe muito forte sobre nós a CGT tem seu caminho limitado pela própria luta. Esta é a visão que eu tenho, e pode parecer cheia de princípios, mas é o resultado sobretudo da experiência prática.



Veja

Com a palavra a oposição metalúrgica

A oposição metalúrgica de São Paulo tem uma longa história, iniciada antes da década de 70. História de perseguições, clandestinidade, violências exercidas contra ela. A sua marca registrada é a luta constante de todos estes anos para tirar o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo das mãos do célebre pelego, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão. "Agora, (as eleições são em 87) vamos ganhar com um pé nas costas", asseguram eles. A oposição já realizou o seu III Congresso com a participação de 105 delegados, eleitos nas fábricas ou em plenárias regionais, retirando resoluções para a intervenção na conjuntura política e no movimento sindical. Estruturada em coordenações (6) pela área metropolitana da cidade, a oposição é dirigida por um núcleo de 33 operários que constitui a sua coordenação central. Entrevistamos Carlucio Castanha e Cleodon Silva, membros da coordenação, para conhecermos mais de perto a trajetória transcorrida e as perspectivas que virão.

Como começou?

Silva: O início da oposição sempre se deu muito em torno do calendário eleitoral. Tínhamos uma vida maior só durante as eleições e durante as campanhas salariais. No intervalo a oposição reunia em cima de questões bem práticas. Até que em 1971 resolvemos tirar algumas definições mínimas e uma coordenação.

Que definições eram estas?

Silva: Já iam no rumo daquilo que depois viria a ser aprovado no I Congresso da oposição metalúrgica em 1979. Por exemplo: a oposição atuava dentro e fora do sindicato oficial, não era uma frente de tendências e grupos de esquerda, era uma frente de trabalhadores organizados, etc., etc.

Carlúcio: Assim, quando um militante chega às instâncias de direção da oposição, sua coordenação, ele fala em nome do movimento real, independente-

mente de ser organizado ou não. Ele não fala como membro de uma determinada organização, fala como representante de um trabalho realmente existente. Aliás, acho que foi isto que assegurou a existência da oposição até hoje.

E a relação com a diretoria do sindicato?

Silva: Isto se alterou muito com o nosso desenvolvimento. No início era muito balizada pelo fato de que a diretoria era encarada de uma ótica muito legalista, com o poder de negociação e tal e

tal. Apesar de muitos companheiros denunciarem as assembléias da categoria por serem manipuladas e manobradas havia uma pressão muito forte para que fossem respeitadas suas decisões. E até o surgimento das primeiras greves as assembléias sempre foram, de fato, feitas com as cartas marcadas. As nossas propostas sempre perdiam, ou então, os caras obrigavam a gente a se calar com uma claque organizada.

E hoje...

Silva: Olha, a grande alteração veio se dar em 1978. Conseguimos formar uma chapa com uma forte expressão nas bases. E um dos pontos fortes desta chapa é que ela defendeu com firmeza a questão das comissões de fábrica, e este era um elemento novo. Nós ganhamos as eleições. Foram fraudadas. Conquistamos também várias comissões de fábricas com estabilidade. Aí tudo começou a virar.

E o racha na diretoria?

Silva: A gente nunca considerou aquilo um racha. Foi uma briga de bandidos. Depois do assalto resolveram brigar para dividir o butim. Coisa passageira, tanto é que já fizeram as pazes de novo.

Então, o movimento de oposição vai existir, de forma organizada, a partir de 1978?

Silva: Não. Antes de 78 já existia...

Mas, pelo que você está falando...

Silva: Não. Refiro-me apenas à relação com a categoria, não à existência mesmo do movimento. Antes a relação com a categoria era um esquema mais fechado, clandestino. Normalmente eram assembléias e reuniões interfábricas onde se trocavam experiências e onde dávamos uma certa unidade ao trabalho. E o trabalho com a categoria se dava a partir dos trabalhos existentes, ainda muito devagar, muito escondido...

1974 toda a oposição fosse presa. Inclusive o Carlúcio teve a "feliz" idéia de vir do Recife e também foi preso. Isto deu uma desorganizada geral. A retomada foi muito difícil a partir de 1975. Durou 75, 76, 77, até 1978 que ocorreu aquilo que já falei.

Então, em 78 que vocês apareceram, de maneira aberta para o conjunto da categoria?

Silva: E foi também o ano em que pela primeira vez tomamos a direção da categoria da mão da diretoria. Foi assim: estávamos discutindo em uma assembléia a questão da greve. A pelegada não tinha mais condições de falar. Já haviam testado vários de seus dirigentes, nenhum conseguia ser ouvido. A assembléia parecia enlouquecida. Só parou quando eu pulei em cima da mesa do Joaquim e tomei o microfone da mão dele. E aí a coisa complicou. Nós tínhamos duas posições dentro da oposição. Uma que dizia que a gente não podia, enquanto oposição, declarar greve, porque não iríamos conseguir o respaldo oficial do sindicato. E outra, que, inclusive, era a que eu defendia, que devíamos decretar a greve. Aí eu estava lá em cima da mesa do Joaquim, sem saber muito o que fazer quando um outro companheiro viu que eu comecei a me embananar, tirou o microfone da minha mão e disse: "olha, nós vamos passar esse microfone aqui para o Joaquim, e ele só pode dizer uma coisa: é greve". E não deu outra: o Joaquim teve que dizer.

Existem setores, inclusive dentro da CUT e do PT, que têm críticas severas à oposição, particularmente, à esta idéia da construção de uma direção alternativa?

Silva: Sim, tem. Tem vários companheiros.

Inclusive existem movimentos de oposição ao sindicato que não participam



Carlucio

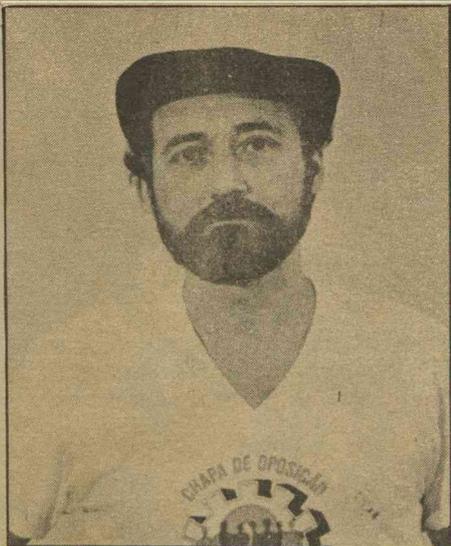
Você falou que era clandestino. Como é isso?

Silva: Fomos reprimidos tanto quanto qualquer organização de esquerda. Então, usávamos regras de segurança. Não tão rígidas como as dos partidos clandestinos, mas, por exemplo, nas assembléias muitos companheiros usavam nomes de guerra, não davam o nome da fábrica onde trabalhavam, endereço não tínhamos, não tínhamos locais para reunir. Era sempre emprestado, da Igreja ou um boteco qualquer. Isto não impediu que em

da oposição metalúrgica.

Silva: Sim, mas não são muitos. São alguns companheiros que ainda mantêm aquelas orientações, inclusive, anteriores a 78 que são as de empurrar o pelego.

Carlúcio: Nós enfrentamos este pensamento numa assembléia que discutia a questão da campanha salarial. Quer dizer, não era para fazer assembléia de porta de fábrica, não levar aparelho de som alternativo, não ter material próprio e assim por diante. Nunca nos negamos a trabalhar em campanhas salariais, a exemplo da



Carlúcio

de 79, junto com o sindicato, imprimindo, inclusive, um único material. Mas isto pressupõe que a comissão de redação seja eleita pela assembleia, que a categoria eleja as comissões e que o discurso seja o discurso da categoria, o discurso da luta.

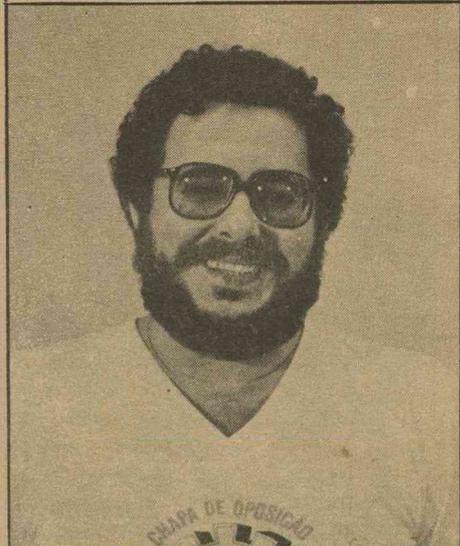
Silva: E sempre sofremos a acusação de desenvolver uma prática de sindicato paralelo. E nós sempre nos embananamos em responder. De fato, existem aspectos da nossa atividade que se confundem com a atividade de um sindicato paralelo. Por exemplo: temos sede, temos máquinas, confeccionamos panfletos, etc., etc. Mas não encaramos isto como se fosse um sindicato paralelo, mas como a estrutura necessária para colocarmos nossa voz e nossas propostas para a categoria. Sem isto não temos espaço. O Joaquim vai ceder espaço no jornal? Hoje já estamos pensando, inclusive, em rádios-piratas. Vamos abrir este espaço na marra.

Como é que este na marra se dá no dia a dia do movimento?

Silva: Veja como as coisas se passam: a Villares estava em processo de negociação salarial, aí pedimos emprestado o carro de som do sindicato de São Bernardo, o "Barão de Tefé", e fomos para lá. Então ficou o sindicato de São Paulo e a gente *tête a tête*. Aí o companheiro da Villares, que é membro da CIPA, sobe na perua do sindicato para falar. E eles tinham certeza de que se fizessem qualquer sacanagem, impedissem o companheiro de falar ou não fizessem uma assembleia democrática a gente ligava o "Barão". Com isto se criaria um impasse, pois não seria ouvido nem o sindicato nem a oposição. Precisávamos de uma máquina que nos permitisse passar por cima do carro do sindicato. Para nós não interessa bagunçar uma assembleia e deixar a coisa sem saída. Mas tivemos que ameaçar com a nossa máquina. Aí eles tiveram, forçadamente, que fazer uma assembleia democrática.

E como foi este processo dentro das fábricas?

Carlúcio: Tivemos que vencer muitas dificuldades, não só por parte da esquerda, como do movimento sindical em geral. O drama que se vivia era o seguinte: organizávamos os companheiros em torno de um conjunto de reivindicações. E aí o que se fazia? Chamávamos o sindicato para o processo de mobilização e luta, incluindo a questão da negociação. E era traição em cima de traição. E se ia embora todo o trabalho. Vivemos muito este conflito. Então, o que começou a acontecer? No processo de organização não se chamava mais a diretoria do sindicato, também não se chamava no processo de mobilização. Mas com uma fábrica parada, vinha o Sindicato para negociar, fosse por iniciativa da empresa, fosse porque era a entidade legal que representava os trabalhadores. E daí o que a gente fazia era introduzir na proposta da comissão da fábrica para negociar um representante dos trabalhadores. Mas, mesmo isto não



Silva

resolvia porque as negociações terminavam sendo feitas nas costas dos trabalhadores, entre a diretoria do sindicato e a empresa. E, mesmo os companheiros que sentavam à mesa para negociar, terminada a negociação, eram rifados. Então, a partir da campanha salarial unificada começamos a fechar o círculo. Quer dizer, organiza, mobiliza e, no enfrentamento, você entra e negocia. As negociações não têm sido feitas enquanto oposição sindical. São militantes da oposição que entram como representação da CUT na categoria. E já foram assinados vários acordos. O próprio patrão está tendo experiências que dizem a ele que deve assinar o acordo com a oposição sindical, pois o acordo que ele faz apenas com o sindicato não resolve o problema. Então nós votamos e aprovamos as propostas e o sindicato vem só assinar para legalizar.

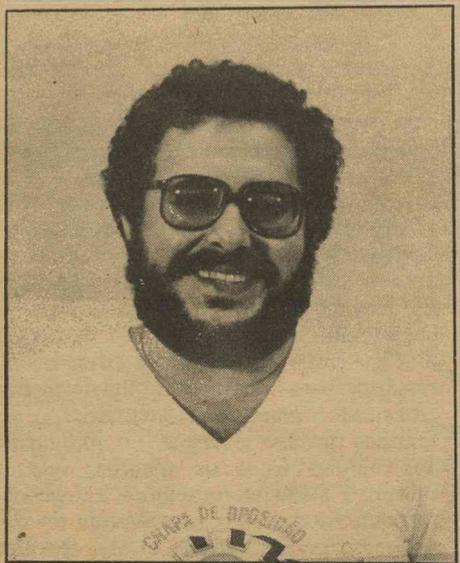
E as comissões de fábrica?

Silva: As comissões de fábrica são uma das coisas mais avançadas que conseguimos. E onde elas se firmaram e se impuseram tinham a influência da oposição. E a partir da própria experiência das comissões é que fomos elaborando uma série de coisas: a estabilidade, a idéia de que a comissão não decide, a comissão negocia e quem decide é a assembleia, e assim por diante.

Carlúcio: E muitas fábricas que nem possuíam uma experiência mais militante, tinham a referência do seguinte: parou, forma uma comissão para negociar, sem a presença do sindicato. Muitas vezes a direção da empresa pedia a presença do sindicato para negociar e a assembleia rejeitava. E assim foi se criando a necessidade de uma orientação sistêmica e mais avançada. Neste momento, então, nós aparecemos colocando uma alternativa de direção.

A CGT é uma nova central, em pé de igualdade com a CUT?

Silva: A CGT é um instrumento de conciliação de classe que visa o retardamento de uma visão classista. E o nosso



confronto é aberto. Mas não podemos deixar de chamar as bases para a unidade na luta. Sem ter a menor pretensão de uma aproximação orgânica com a CGT.

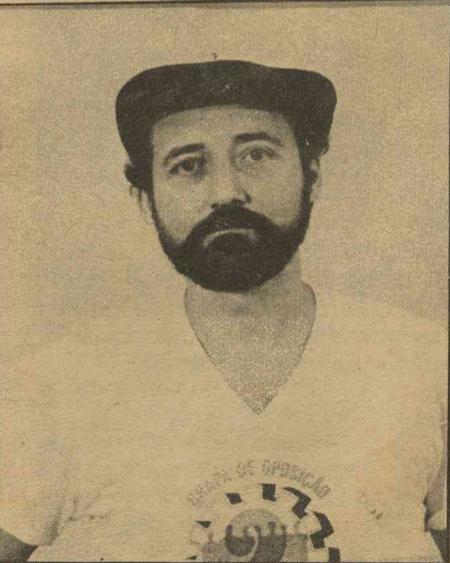
Carlúcio: O que demarca muito o campo nesta história foi a greve geral do 21 de julho de 1983. Apesar da CUT ainda não existir, era só a Comissão Pró-CUT, estabeleceu-se, naquele momento, uma divisão entre a direção classista e a direção de conciliação. E a iniciativa da luta passou para a direção classista. E isto serviu para o próprio avanço nosso. Sempre tivemos um respeito muito corporativo com o sindicato de São Paulo. Nós tínhamos uma dificuldade muito grande, mesmo depois de já termos formado a CUT, de chegar e dizer: "Está aqui a CUT e a proposta de luta é esta". Sempre ficava um certo receio... Até que na campanha salarial unificada quebramos isto. A CUT chegou para a pelegada e falou: "Olha a proposta está aqui, ou vocês encaram e saímos juntos em cima de alguns pontos, como não negociar em separado, as quarenta horas, o aumento real de salários, a trimestralidade, ou então, não. Ou vocês dizem sim para a luta ou vocês dizem não".

Vocês ganham as eleições?

Carlúcio: Estamos muito confiantes. O nosso trabalho deu um salto de qualidade e de quantidade. A proposta da oposição passa a ser um referencial de massa com a CUT. Anteriormente não havia a CUT, ela recém estava se fundando, em 1983/84. E, se formos avaliar hoje a quantidade de militantes que reunimos e a influência de massa que temos, vamos ganhar estas eleições com um pé nas costas.

Quantos militantes vocês reúnem hoje?

Carlúcio: Mais de 500 militantes, sem medo de errar. Mas não pense que temos alguma ilusão de que vamos entrar neste sindicato por um processo tranquilo. Que nada. Vamos precisar fazer um processo de massificação das nossas propostas. E além disto estamos propondo nesta plenária de agosto dos metalúrgicos cútistas que se realize uma plenária criteriosa e com delegação para que se tire daí uma direção alternativa. Até agora já conseguimos colocar em marcha um movimento maior em quantidade e melhor em qualidade, e, portanto temos que comprometer a categoria com este processo de direção alternativa. Senão pode ser que se tenha o que se teve em 84, troca de pau e de pedra da rua do Carmo, a gente pode até reunir três mil militantes, e a urna vai parar na Polícia Federal e some urna e a direção de conciliação continua no sindicato. Quer dizer, ou a burguesia tem que engolir este sapo que é uma direção classista no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, ou então,



ela vai correr o risco de enfrentar um confronto generalizado. As eleições de 87 têm que ser o reconhecimento de direito de uma situação que já existe de fato. E é neste trilho que estamos colocando a questão da chapa, do programa, etc, etc.

E a questão da luta política e da sindical?

Carlúcio: A luta política tem um trilho próprio, diverso da luta propriamente sindical. Mas se o movimento sindical não é capaz de interferir neste processo de avançar propostas, então este corte de classe que temos condições de dar e que estamos dando ficará muito limitado. Isto não quer dizer a substituição do partido, mas é uma compreensão mais profunda do que seja o enfrentamento de classe. As comissões de fábrica, por exemplo, indicam como se enfrenta o capital no coração do capitalismo. O caráter que terá o poder dos trabalhadores em outra sociedade, começa a ser moldado a partir daí. Eu considero que as comissões de fábrica, em um momento pré-revolucionário, poderão vir a ser um elemento decisivo, estratégico, na construção do poder operário.

E a Constituinte?

Carlúcio: O que consideramos fundamental é demarcar um campo de classe, inclusive apoiando as forças que se comprometem com este corte de classe. Não temos nenhuma ilusão sobre a Constituinte: o seu caráter conservador e o que a burguesia está pretendendo realizar. Ela está jogando pesado a fim de sancionar juridicamente sua dominação. Contra isto temos que mobilizarmos-nos, desenvolver um processo de massificação das nossas bandeiras, compreendendo também que a luta política tem um trilho próprio. Para isto, para levantar as bandeiras, precisamos ter várias candidaturas e influir decisivamente no sentido de demarcar este campo.

Que bandeiras são estas?

Carlúcio: A liberdade de organização, o reconhecimento das representações operárias nas unidades de produção. Partindo do fato de que estas representações estão sendo golpeadas, alinhamos esta luta com a que se leva contra o extermínio das lideranças no meio rural. No campo a burguesia simplesmente elimina e mata na cidade casa. Além disto, o direito de greve, a reforma agrária, a questão da dívida externa... Não conseguimos na campanha salarial unificada romper com o isolamento e a distância que existe entre o movimento popular e sindical. E a questão da dívida externa talvez possa unificar estes movimentos. Enfim, um conjunto de direitos que possam ser massificados e compreendidos pela classe operária como vitais para seu avanço, na perspectiva da ruptura com o capitalismo. Fora disto, vamos pôr o movimento na causa da burguesia.

E a questão do socialismo?

Carlúcio: Precisamos avançar a compreensão de que estamos vivendo um momento em que ou apontamos para a ruptura com o capitalismo ou a experiência histórica vai nos mostrar que nesta reta de ascenso tem uma curva mais à frente que é a crua da social-democracia. Então esta questão tem que ser colocada assim, muito chão, terra a terra e a medida que o movimento avança e esbarra no poder do capital é preciso que a vanguarda dentro das fábricas assuma a bandeira do socialismo. Além disto a questão do socialismo até agora só tem sido colocada no papel. Nem ao nível da propaganda ela é enfrentada. E se queremos colocar ao nível da propaganda, temos também que mostrar que ela está muito ligada ao problema do enfrentamento do poder burguês. É fundamental que os trabalhadores percebam que suas necessidades não vão ser satisfeitas no sistema capitalista.

REFORMA

Protegendo o latifúndio

As coisas ficam cada dia mais claras: a Nova República e os latifundiários representados pela União Democrática Ruralista afunilam seus interesses, e apertam-se as mãos. A "NR" protege a

"A história fará justiça ao presidente José Sarney", declarou Dante de Oliveira, ao ser empossado no cargo de ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), no último dia 29 de maio. Dante, substituído do demissionário Nelson Ribeiro, preparava-se para executar uma reestruturação fundiária cujos planos foram sucessivamente mutilados, nos últimos meses, ao ponto de lhes subtraírem aspectos fundamentais, como a definição de áreas prioritárias para a desapropriação, tarefa destinada, agora, ao Conselho de Segurança Nacional (CNS), transformado em coordenador efetivo do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Eufórico, o novo ministro foi pouco comedido, acrescentando que pela primeira vez um presidente tomava a decisão de "por um basta à violência no campo" e de "fazer com que a reforma traga a paz e a prosperidade".

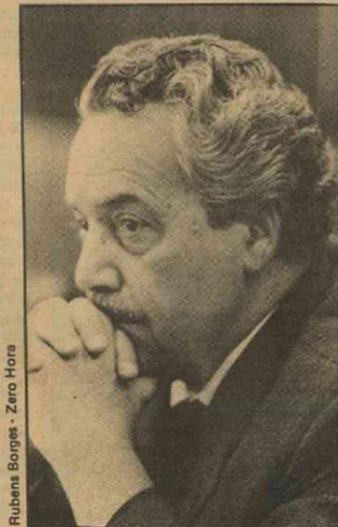
O ex-deputado das diretas, precisou ainda de mais trinta dias para descobrir que falara demais. Ou que pouco sabia. Nesse período, acumulou desgostos em proporções semelhantes às irresolúvidas questões agrárias. Seu calvário começa pela impossibilidade de nomear o próprio chefe de gabinete e chega à consolidação da União Democrática Ruralista, a UDR, representante dos latifundiários e patrocinadora da repressão armada aos lavradores sem terra. Em trinta dias, Dante de Oliveira e os aliados da Nova República descobriram, finalmente, o que a nação já sabia: a reforma agrária não interessa ao governo, que não está disposto a investir na promoção social de milhares de famílias camponesas e, muito menos, dispôs-se a contrariar os interesses latifundiários expressos com veemência e ousadia pela sigla UDR.

A escolha da modernização agrícola, em contraposição à reforma agrária (veja O Amanhã nº 8) confirma-se com a divulgação do Plano Mestre, elaborado pelo ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, juntamente com o Conselho de Segurança Nacional. O documento enfatiza a colonização, preferencialmente em terras públicas, a expansão da "infra-estrutura econômica e social" (armazéns, transporte, habitação, etc) e o acesso ao crédito, mecanização, tecnologia adequada. Não abre possibilidade às desapropriações. Tal opção, vem de encontro aos interesses dos latifundiários, sempre a reivindicar uma "política agrícola" antes de qualquer reforma agrária — como se a segunda fosse uma decorrência da primeira. Organizados na UDR, os fazendeiros já foram acusados pela igreja de parceria com o demônio, não foram recebidos pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ganharam as manchetes da imprensa nacional.

Foi há um ano — em junho de 85 — que a União Democrática Ruralista começou a se organizar, quando produtores da região central reuniram-se em Brasília, para discutir a reforma agrária. Dois meses depois, já esgrimindo a si-

gla UDR, os fazendeiros iniciaram uma série de leilões em benefício da entidade. Já venderam mais de 2.500 bois, doados pelos seus cinco mil associados, que se dividem em nove núcleos implantados, (incluindo outros quatro em fase de implantação) desde Belém do Pará, até Paranaíba, no Paraná. Com os lucros dos leilões — espera juntar 15 milhões de cruzados — a União financiará a campanha dos seus candidatos à constituinte. Entre eles, relacionam-se o deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB e Magno Bacelar, do PFL. As ligações da UDR com o governo não se resumem aos parlamentares: é sabido que seus representantes circulam com facilidade no Serviço Nacional de Informação (SNI), no Gabinete Militar e nos ministérios da Agricultura e, mesmo, da Justiça, onde Paulo Brossard não os reconhece.

Coisas de político hábil. A rigor, o ministro nada faz para combater a violência e as ameaças brandidas pela UDR. Da sua visita a cidade de Imperatriz, no Maranhão, na região chamada Bico do Papagaio resultou uma campanha de desarmamento realizada pela Polícia Federal. Foi tão anunciada, que perdeu o sentido: 200 agentes, apoiados pelos órgãos de segurança estaduais, prefeituras e juizes apreenderam menos de 500 armas em toda a vasta região, onde somente neste ano foram mortos 33 posseiros. Curiosamente, nenhum assassino foi preso, mantendo a rotina das polícias locais, que até hoje não registram a prisão de nenhum mandante ou executor de mortes, à exceção de Geraldo Rodrigues, que matou o padre Josimo Tavares. Ele foi preso recentemente. Só no município de Imperatriz, onde moram mais de 300 mil pessoas, existem cerca de



Rubens Borges - Zero Hora



Marcos Fernandez - Zero Hora

500 crimes impunes. Uma das causas da violência, aliás, é a própria polícia, como já revelou Romeu Tuma, delegado superintendente da Polícia Federal, fato confirmado pelo dossiê entregue pelas autoridades da região ao presidente Sarney, recentemente. Não há notícias de que o governo, ou o ministério da Justiça, tenham determinado qualquer investigação especial. Seria de estranhar se o fizesse. Além das ligações com o governo federal a UDR conta com o apoio do governador do Maranhão, Luiz Rocha (PFL), que responsabiliza a igreja pelas invasões de terra a recentemente foi homenageado pela entidade. A UDR, assim, prossegue sua campanha: acusa o clero de "vermelho", aconselha seus sócios a impedirem à força qualquer tipo de invasão de terras, prepara representantes para as comissões agrárias (responsáveis pelas providências iniciais das reformas regionais) e investe pesadamente na formação de uma bancada expressiva para a Assembleia Nacional Constituinte. E vai rebatendo as acusações de organização de milícias armadas. E, ainda, declara-se "favorável à reforma agrária", desde que não atinja terras produtivas. Como deseja o governo, com a qual coincide também na avaliação da "produtividade" dos latifúndios e na priorização das terras públicas para a reforma agrária.

Na verdade, UDR e governo não se distanciam na questão da reforma agrária. Enquanto a primeira, anda às voltas com o problema imediato e concreto das invasões, golpeia seus adversários mais próximos — os posseiros e a igreja — o segundo prefere eliminá-los à mingua. A reforma agrária, que deveria permitir o assentamento de 150 mil famílias até o fim do ano, garantiu o acesso à terra para apenas três mil. E o novo titular do MIRAD, Dante de Oliveira, descobriu a poucos dias que, dos 12 bilhões de cruzados necessários para manter seu ministério funcionando e garantir o assentamento das famílias restante, dispõe de minguados 1,2 bilhão. Com tal quantia, quando muito, o MIRAD conseguirá indenizar a fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, onde estão acampadas 1.500 famílias, ocupando uma área avaliada em 700 milhões de cruzados.

Em busca da terra prometida

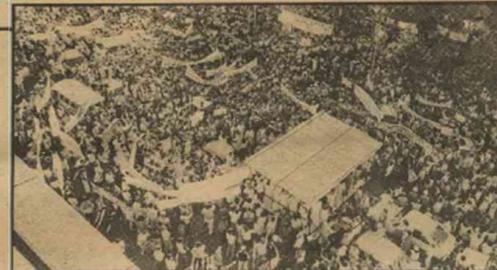
Durante 28 dias, 250 "acampados da fazenda Annoni" percorreram cerca de 500 quilômetros, distância que separa o acampamento, no município de Sarandi, de Porto Alegre, onde chegaram no último dia 24. Carregavam uma cruz com panos simbolizando seus mortos, faixas reivindicando a "terra de Deus, terra de irmãos". Auxiliados pela CPT e pelo Movimento dos Sem Terra, chegaram cantando hinos e invocando a justiça divina. Autodenominaram-se "Romaria Conquistadora da Terra Prometida". Instalaram-se na Praça da Matriz, no Centro de Porto Alegre, e afirmam que lá ficarão até receberem a terra prometida. Somam-se, na cidade aos outros "anonis" — como são chamados —, cerca de 400, que há quase dois meses acampam nos jardins da sede regional do INCRA. Eles representam as 1.500 famílias acampadas na fazenda Annoni, que se transformou na maior reunião de sem terras do país. Lá estão desde outubro de 1985, quando dez mil pessoas invadiram os 9.300 hectares improdutivos. A fazenda leva o nome dos seus



Egon Inácio Schwaab é um dos integrantes da "Comissão dos Acampados" da Fazenda Annoni. Casado, sem filhos, 30 anos, natural do município de Braga, RS. Seu pai possui uma pequena propriedade rural, insuficiente para garantir a sobrevivência dos seis filhos adultos, embora tenha permitido criá-los com "algum estudo". Egon é técnico agrícola. Ele participou da marcha até Porto Alegre, onde foi entrevistado pelo Amanhã.

O governo noticiou a desapropriação de mais duas áreas, num total de três mil hectares, aqui no Rio Grande do Sul. Qual a importância dessa medida?

proprietários, que desde 1969 lutam na Justiça contra a desapropriação — que deverá ser oficializada dentro de trinta dias, de acordo com a última promessa governamental. Quando falam em "terra prometida" portanto os acampados da Annoni não se referem apenas à passagem bíblica, tão ao gosto dos religiosos que os acampam. Graças às constantes mobilizações, eles foram contemplados, de fato, com uma promessa formalizada e assinada pelo secretário-geral do MIRAD, Simão Jatene, e pelo superintendente regional do INCRA, Egidio Schlabit. Foi no dia 28 de fevereiro deste ano, num documento claríssimo. As duas autoridades comprometeram-se em desapropriar 32 mil hectares no prazo de 60 dias, para assentar os acampados. Os primeiros seis mil hectares seriam desapropriados num prazo ainda menor: até 17 de março. O documento foi descaradamente ignorado, pelos próprios signatários. No dia 24 último, o ministro Dante de Oliveira, do MIRAD, noticiou a desapropriação de mais três mil hectares no estado, além dos



Os colonos da Annoni

nove mil da Annoni. Os latifundiários, através da Federação da Agricultura do RS (FARSUL), já alertaram que os proprietários das terras reivindicavam, na Justiça, a classificação de "empresa rural" para as suas propriedades. Casos semelhantes ao da fazenda Annoni, que por estar incluída nesta classificação, onde os trâmites burocráticos para a desapropriação são imensos se arrasta até hoje. Além disso, mesmo a soma das três propriedades sequer garantiria o assentamento de 1/3 dos acampados.

"Se não fizerem nada os trabalhadores vão fazer"

Egon: Muito pouca, ou nenhuma. O governo está demonstrando que não quer mesmo fazer a reforma. Juntado com a área da Annoni, não dá para colocar nem 1/3 das famílias acampadas. São as migalhas dos latifúndios.

Depois desta marcha, quais os rumos do movimento?

Egon: Ficaremos acampados na praça até desapropriarem as terras necessárias. Mas o importante é que a romaria mostrou que a população clama pela reforma agrária, está descontente com a falsa democracia do Sarney. Tivemos apoio em massa, em todos os lugares. Vamos manter o nosso movimento ordeiro e pacífico.

A legislação repressiva que o governo está aperfeiçoando não vai afetar a organização dos sem terra?

Egon: Isso é coisa nova, não discutimos muito. Mas tá na cara que a violência é de responsabilidade do governo... Só no Rio Grande são 140 mil famílias sem terras. No país, 12 milhões, enquanto existem 417 milhões de hectares parados, improdutivos. Eu quero saber se vão punir os assassinos do PURR e da UDR (respectivamente. Pacto de Unidade e Resposta Rural e União Democrática Ruralista. A primeira é gaúcha. A outra já se organizou em vários estados. As duas representam os latifundiários

AGRÁRIA

O pacote da violência

O projeto de lei da Nova República que tem como um dos seus pontos básicos a punição para aqueles que invadem ou incitam a invasão de propriedades fundiárias tem endereço certo: "visa a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os agentes da pastoral, a Igreja, enfim... afirma D. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho (GO), um dos fundadores da CPT, em 1975.

Logo depois foi a vez da OAB criticar o projeto de Sarney: Hermann Baeta, presidente da entidade encarregou-se disso, denunciando com seriedade as intenções do governo implícitas na nova lei. E no mesmo dia em que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, agradecia "a Deus e a inteligência de Rui Barbosa a separação legal entre Igreja e Estado" e conde-

nava os "desvios de religiosos", o procurador geral da Justiça Militar, o ex-senador Leite Chaves, afirmava a existência de "verdadeiros exércitos" formados por grupos paramilitares a soldo dos grandes proprietários, e qualificava de "subversão" esta atividade. Um dia mais tarde era a vez do ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira pisar pelo mesmo caminho. Mesmo sem referir-se aos "verdadeiros exércitos" dos latifundiários, Dante, qualificou de "subversivos os que se rebelam com armas na mão contra o plano da Reforma Agrária", afirmando ainda, que o "envolvimento de setores das polícias militares com jagunços foi um fato observado por ele próprio quando cumpria seu mandato de deputado federal.

Para restaurar as fissuras que ameaçavam se alastrar pelo governo a fora, nada mais nada menos do que o próprio presidente Sarney precisou sair a público. "Lamento que alguns brasileiros mal-informados, até mesmo com boa intenção, protestem contra estas providências do governo e, desse modo, possam ajudar, indiretamente, aqueles que estão na faixa do crime", disse ele num recado direto à Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil. O puxão de orelhas valeu também para sua "corte": Dante enfiou a viola no saco e recolheu-se ao seu purgatório ministerial enquanto, Leite Chaves também calava o bico, lembrando-se talvez que já não era o irrequieto parlamentar pemedebista que em 1975 criara uma crise político-militar ao afirmar num aparte, na câmara, que mesmo Hitler quando desejava cometer atos de violência e tortura não se utilizava do Exército e sim da SS.

E se as declarações de Sarney conseguirem por ordem na casa também serviram para atizar outros ânimos. Ronaldo Caiado, coordenador nacional da UDR saiu a público para defender o projeto de lei de Sarney: é "um preventivo que vacinará os campos contra o surto dos agitadores do esquerdismo... extirpando os focos malignos dos reais inimigos da reforma agrária", afirmou Caiado. Ao mesmo tempo, Paulo Brossard colecionava louvações e apoios dos grandes proprietários, como por exemplo, os do Pacto de Unidade e Resposta Rural (PURR), uma espécie de UDR do Rio Grande do Sul. Nos dois casos, o do projeto de Sarney e o dos aplausos ao seu ministro da Justiça, vale o provérbio: diz-me quem te apóia e te direi quem és.

Certamente encorajados por este clima propício é que trinta proprietários de terras em Ribeirão Preto (SP) resolveram fundar a sua sucursal da UDR. No mesmo embalo o presidente da Federação da Agricultura do Piauí, Carlos da Cunha, afirmava que a Igreja e a CUT instigavam invasões de terras no Estado. E para não perder o fio da meada, cerca de cem empresários rurais e fazendeiros reuniram-se em Fortaleza para denunciar a delegacia regional do INCRA de ser uma "célula do Partido Comunista" — sequer conseguiram perceber que atualmente é mais fácil uma célula do PCB transformar-se numa delegacia do INCRA do que vice-versa.

REFORMA

Protegendo o latifúndio

As coisas ficam cada dia mais claras: a Nova República e os latifundiários representados pela União Democrática Ruralista afunilam seus interesses, e apertam-se as mãos. A "NR" protege a

"A história fará justiça ao presidente José Sarney", declarou Dante de Oliveira, ao ser empossado no cargo de ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), no último dia 29 de maio. Dante, substituído do demissionário Nelson Ribeiro, preparava-se para executar uma reestruturação fundiária cujos planos foram sucessivamente mutilados, nos últimos meses, ao ponto de lhes subtraírem aspectos fundamentais, como a definição de áreas prioritárias para a desapropriação, tarefa destinada, agora, ao Conselho de Segurança Nacional (CNS), transformado em coordenador efetivo do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Eufórico, o novo ministro foi pouco comedido, acrescentando que pela primeira vez um presidente tomava a decisão de "por um basta à violência no campo" e de "fazer com que a reforma traga a paz e a prosperidade".

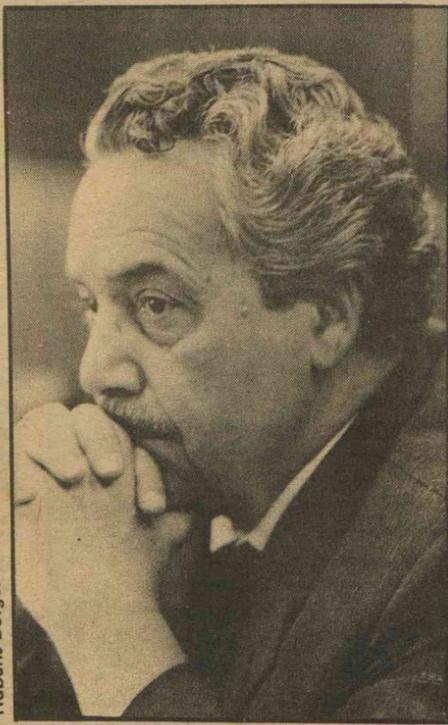
O ex-deputado das diretas, precisou ainda de mais trinta dias para descobrir que falara demais. Ou que pouco sabia. Nesse período, acumulou desgostos em proporções semelhantes às irresolvidas questões agrárias. Seu calvário começa pela impossibilidade de nomear o próprio chefe de gabinete e chega à consolidação da União Democrática Ruralista, a UDR, representante dos latifundiários e patrocinadora da repressão armada aos lavradores sem terra. Em trinta dias, Dante de Oliveira e os aliados da Nova República descobriram, finalmente, o que a nação já sabia: a reforma agrária não interessa ao governo, que não está disposto a investir na promoção social de milhares de famílias camponesas e, muito menos, dispõe-se a contrariar os interesses latifundiários expressos com veemência e ousadia pela sigla UDR.

A escolha da modernização agrícola, em contraposição à reforma agrária (veja O Amanhã nº 8) confirma-se com a divulgação do Plano Mestre, elaborado pelo ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, juntamente com o Conselho de Segurança Nacional. O documento enfatiza a colonização, preferencialmente em terras públicas, a expansão da "infra-estrutura econômica e social" (armazéns, transporte, habitação, etc) e o acesso ao crédito, mecanização, tecnologia adequada. Não abre possibilidade às desapropriações. Tal opção, vem de encontro aos interesses dos latifundiários, sempre a reivindicar uma "política agrícola" antes de qualquer reforma agrária — como se a segunda fosse uma decorrência da primeira. Organizados na UDR, os fazendeiros já foram acusados pela igreja de parceria com o demônio, não foram recebidos pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ganharam as manchetes da imprensa nacional.

Foi há um ano — em junho de 85 — que a União Democrática Ruralista começou a se organizar, quando produtores da região central reuniram-se em Brasília, para discutir a reforma agrária. Dois meses depois, já esgrimindo a si-

gla UDR, os fazendeiros iniciaram uma série de leilões em benefício da entidade. Já venderam mais de 2.500 bois, doados pelos seus cinco mil associados, que se dividem em nove núcleos implantados, (incluindo outros quatro em fase de implantação) desde Belém do Pará, até Paranaquava, no Paraná. Com os lucros dos leilões — espera juntar 15 milhões de cruzados — a União financiará a campanha dos seus candidatos à constituinte. Entre eles, relacionam-se o deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB e Magno Bacelar, do PFL. As ligações da UDR com o governo não se resumem aos parlamentares: é sabido que seus representantes circulam com facilidade no Serviço Nacional de Informação (SNI), no Gabinete Militar e nos ministérios da Agricultura e, mesmo, da Justiça, onde Paulo Brossard não os reconhece.

Coisas de político hábil. A rigor, o ministro nada faz para combater a violência e as ameaças brandidas pela UDR. Da sua visita a cidade de Imperatriz, no Maranhão, na região chamada Bico do Papagaio resultou uma campanha de desarmamento realizada pela Polícia Federal. Foi tão anunciada, que perdeu o sentido: 200 agentes, apoiados pelos órgãos de segurança estaduais, prefeituras e juízes apreenderam menos de 500 armas em toda a vasta região, onde somente neste ano foram mortos 33 posseiros. Curiosamente, nenhum assassino foi preso, mantendo a rotina das polícias locais, que até hoje não registraram a prisão de nenhum mandante ou executor de mortes, à exceção de Geraldo Rodrigues, que matou o padre Josimo Tavares. Ele foi preso recentemente. Só no município de Imperatriz, onde moram mais de 300 mil pessoas, existem cerca de



Rubens Borges - Zero Hora

Brossard



Marcos Fernandez - Zero Hora

500 crimes impunes. Uma das causas da violência, aliás, é a própria polícia, como já revelou Romeu Tuma, delegado superintendente da Polícia Federal, fato confirmado pelo dossiê entregue pelas autoridades da região ao presidente Sarney, recentemente. Não há notícias de que o governo, ou o ministério da Justiça, tenham determinado qualquer investigação especial. Seria de estranhar se o fizesse. Além das ligações com o governo federal a UDR conta com o apoio do governador do Maranhão, Luiz Rocha (PFL), que responsabiliza a igreja pelas invasões de terra a recentemente foi homenageado pela entidade. A UDR, assim, prossegue sua campanha: acusa o clero de "vermelho", aconselha seus sócios a impedirem à força qualquer tipo de invasão de terras, prepara representantes para as comissões agrárias (responsáveis pelas providências iniciais das reformas regionais) e investe pesadamente na formação de uma bancada expressiva para a Assembléia Nacional Constituinte. E vai rebatendo as acusações de organização de milícias armadas. E, ainda, declara-se "favorável à reforma agrária", desde que não atinja terras produtivas. Como deseja o governo, com a qual coincide também na avaliação da "produtividade" dos latifúndios e na priorização das terras públicas para a reforma agrária.

Na verdade, UDR e governo não se distanciam na questão da reforma agrária. Enquanto a primeira, anda às voltas com o problema imediato e concreto das invasões, golpeia seus adversários mais próximos — os posseiros e a igreja — o segundo prefere eliminá-los à mingua. A reforma agrária, que deveria permitir o assentamento de 150 mil famílias até o fim do ano, garantiu o acesso à terra para apenas três mil. E o novo titular do MIRAD, Dante de Oliveira, descobriu a poucos dias que, dos 12 bilhões de cruzados necessários para manter seu ministério funcionando e garantir o assentamento das famílias restante, dispõe de minguados 1,2 bilhão. Com tal quantia, quando muito, o MIRAD conseguirá indenizar a fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, onde estão acampadas 1.500 famílias, ocupando uma área avaliada em 700 milhões de cruzados.

Em busca da terra

Durante 28 dias, 250 "acampados da fazenda Annoni" percorreram cerca de 500 quilômetros, distância que separa o acampamento, no município de Sarandi, de Porto Alegre, onde chegaram no último dia 24. Carregavam uma cruz com panos simbolizando seus mortos, faixas reivindicando a "terra de Deus, terra de irmãos". Auxiliados pela CPT e pelo Movimento dos Sem Terra, chegaram cantando hinos e invocando a justiça divina. Autodenominaram-se "Romaria Conquistadora da Terra Prometida". Instalaram-se na Praça da Matriz, no Centro de Porto Alegre, e afirmam que lá ficarão até receberem a terra prometida. Somam-se, na cidade aos outros "anonis" — como são chamados —, cerca de 400, que há quase dois meses acamparam nos jardins da sede regional do INCRA. Eles representam as 1.500 famílias acampadas na fazenda Annoni, que se transformou na maior reunião de sem terras do país. Lá estão desde outubro de 1985, quando dez mil pessoas invadiram os 9.300 hectares improdutivos. A fazenda leva o nome dos seus



Egon Inácio Schwaab é um dos integrantes da "Comissão dos Acampados" da Fazenda Annoni. Casado, sem filhos, 30 anos, natural do município de Braga, RS. Seu pai possui uma pequena propriedade rural, insuficiente para garantir a sobrevivência dos seis filhos adultos, embora tenha permitido criá-los com "algum estudo". Egon é técnico agrícola. Ele participou da marcha até Porto Alegre, onde foi entrevistado pelo Amanhã.

O governo noticiou a desapropriação de mais duas áreas, num total de três mil hectares, aqui no Rio Grande do Sul. Qual a importância dessa medida?

AGRÁRIA

O pacote da violência

O projeto de lei da Nova República que tem como um dos seus pontos básicos a punição para aqueles que invadem ou incitam a invasão de propriedades fundiárias tem endereço certo: "visa a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os agentes da pastoral, a Igreja, enfim... afirma D. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho (GO), um dos fundadores da CPT, em 1975.

Logo depois foi a vez da OAB criticar o projeto de Sarney: Hermann Baeta, presidente da entidade encarregou-se disto, denunciando com seriedade as intenções do governo implícitas na nova lei. E no mesmo dia em que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, agradecia "a Deus e a inteligência de Rui Barbosa a separação legal entre Igreja e Estado" e conde-

nava os "desvios de religiosos", o procurador geral da Justiça Militar, o ex-senador Leite Chaves, afirmava a existência de "verdadeiros exércitos" formados por grupos paramilitares a soldo dos grandes proprietários, e qualificava de "subversão" esta atividade. Um dia mais tarde era a vez do ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira pisar pelo mesmo caminho. Mesmo sem referir-se aos "verdadeiros exércitos" dos latifundiários, Dante, qualificou de "subversivos os que se rebelam com armas na mão contra o plano da Reforma Agrária", afirmando ainda, que o "envolvimento de setores das polícias militares com jagunços foi um fato observado por ele próprio quando cumpria seu mandato de deputado federal.

Para restaurar as fissuras que ameaçavam se alastrar pelo governo a fora, nada mais nada menos do que o próprio presidente Sarney precisou sair a público. "Lamento que alguns brasileiros mal-informados, até mesmo com boa intenção, protestem contra estas providências do governo e, desse modo, possam ajudar, indiretamente, aqueles que estão na faixa do crime", disse ele num recado direto à Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil. O puxão de orelhas valeu também para sua "corte": Dante enfiou a viola no saco e recolheu-se ao seu purgatório ministerial enquanto, Leite Chaves também calava o bico, lembrando-se talvez que já não era o irrequieto parlamentar pemedebista que em 1975 criara uma crise político-militar ao afirmar num aparte, na câmara, que mesmo Hitler quando desejava cometer atos de violência e tortura não se utilizava do Exército e sim da SS.

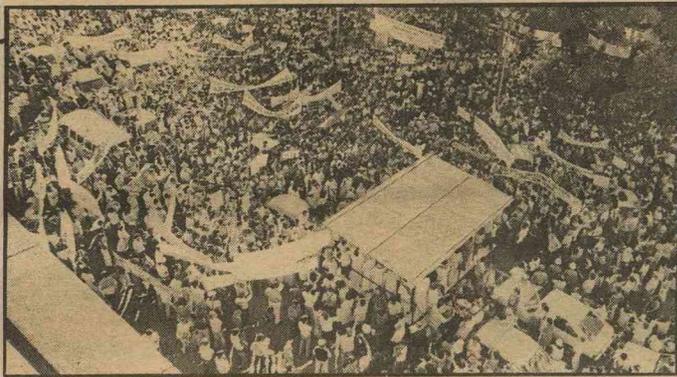
E se as declarações de Sarney conseguiram por ordem na casa também serviram para atigar outros ânimos. Ronaldo Caiado, coordenador nacional da UDR saiu a público para defender o projeto de lei de Sarney: é "um preventivo que vacinará os campos contra o surto dos agitadores do esquerdismo... extirpando os focos malignos dos reais inimigos da reforma agrária", afirmou Caiado. Ao mesmo tempo, Paulo Brossard colecionava louvações e apoios dos grandes proprietários, como por exemplo, os do Pacto de Unidade e Resposta Rural (PURR), uma espécie de UDR do Rio Grande do Sul. Nos dois casos, o do projeto de Sarney e o dos aplausos ao seu ministro da Justiça, vale o provérbio: dize-me quem te apóia e te direi quem és.

Certamente encorajados por este clima propício é que trinta proprietários de terras em Ribeirão Preto (SP) resolveram fundar a sua sucursal da UDR. No mesmo embalo o presidente da Federação da Agricultura do Piauí, Carlos da Cunha, afirmava que a Igreja e a CUT instigavam invasões de terras no Estado. E para não perder o fio da meada, cerca de cem empresários rurais e fazendeiros reuniram-se em Fortaleza para denunciar a delegacia regional do INCRA de ser uma "célula do Partido Comunista" — sequer conseguiram perceber que atualmente é mais fácil uma célula do PCB transformar-se numa delegacia do INCRA do que vice-versa.



a prometida

proprietários, que desde 1969 lutam na Justiça contra a desapropriação — que deverá ser oficializada dentro de trinta dias, de acordo com a última promessa governamental. Quando falam em "terra prometida" portanto os acampados da Annoni não se referem apenas à passagem bíblica, tão ao gosto dos religiosos que os acompanham. Graças às constantes mobilizações, eles foram contemplados, de fato, com uma promessa formalizada e assinada pelo secretário-geral do MIRAD, Simão Jatene, e pelo superintendente regional do INCRA, Egidio Schlabitz. Foi no dia 28 de fevereiro deste ano, num documento claríssimo. As duas autoridades comprometeram-se em desapropriar 32 mil hectares no prazo de 60 dias, para assentar os acampados. Os primeiros seis mil hectares seriam desapropriados num prazo ainda menor: até 17 de março. O documento foi descaradamente ignorado, pelos próprios signatários. No dia 24 último, o ministro Dante de Oliveira, do MIRAD, noticiou a desapropriação de mais três mil hectares no estado, além dos



Os colonos da Annoni

nove mil da Annoni. Os latifundiários, através da Federação da Agricultura do RS (FARSUL), já alertaram que os proprietários das terras reivindicavam, na Justiça, a classificação de "empresa rural" para as suas propriedades. Casos semelhantes ao da fazenda Annoni, que por estar incluída nesta classificação, onde os trâmites burocráticos para a desapropriação são imensos se arrasta até hoje. Além disso, mesmo a soma das três propriedades sequer garantiria o assentamento de 1/3 dos acampados.

“Se não fizerem nada os trabalhadores vão fazer”

Egon: Muito pouca, ou nenhuma. O governo está demonstrando que não quer mesmo fazer a reforma. Juntando com a área da Annoni, não dá para colocar nem 1/3 das famílias acampadas. São as migalhas dos latifúndios.

Depois desta marcha, quais os rumos do movimento?

Egon: Ficaremos acampados na praça até desapropriarem as terras necessárias. Mas o importante é que a romaria mostrou que a população clama pela reforma agrária, está descontente com a falsa democracia do Sarney. Tivemos apoio em massa, em todos os lugares. Vamos manter o nosso movimento ordeiro e pacífico.

A legislação repressiva que o governo está aperfeiçoando não vai afetar a organização dos sem terra?

Egon: Isso é coisa nova, não discutimos muito. Mas tá na cara que a violência é de responsabilidade do governo... Só no Rio Grande são 140 mil famílias sem terras. No país, 12 milhões, enquanto existem 417 milhões de hectares parados, improdutivos. Eu quero saber se vão punir os assassinos do PURR e da UDR (respectivamente. Pacto de Unidade e Resposta Rural e União Democrática Ruralista. A primeira é gaúcha. A outra já se organizou em vários estados. As duas representam os latifundiários.

Vocês discutem política? Qual é a posição dos acampados?

Egon: Uma coisa todo mundo tem em comum: todos estão cansados de serem usados pelos políticos. O nosso movimento não tem distinção de credo, raça ou sigla partidária. Mas eu acho que receberão mais votos os candidatos que fizerem mais pelo povo.

Os acampados discutem o que fazer depois de conseguir a terra? Como irão se organizar?

Egon: Temos a idéia de organizar um trabalho mais ou menos coletivo, de organizar cooperativas de produtores e consumidores, acabando com os intermediários. E produzir principalmente os alimentos básicos. Acho que é isso...

Mas será que vai sair mesmo essa reforma agrária? Vocês estão acreditando?

Egon: Eu acho que sai. A gente só tem que acreditar, não é? O Sarney disse que ia fazer um governo para os pobres e até agora não se viu nada. No caso das desapropriações, não cumpriu nenhum acordo. Eu queria saber quantos meses tem o ano de 86 para o governo, que prometeu assentar 3.800 famílias gaúchas até o fim do ano e ainda não fez nada. Eu digo que sai a reforma porque, se não fizerem nada, os trabalhadores vão fazer.

Fortaleza

Os impasses de uma experiência histórica

Marcos Rolim



Duca Lessa

O Amanhã tem se destacado, entre outras razões, pela atenção que vem dispensando à Administração Popular de Fortaleza. A cada edição, o jornal tem procurado contribuir com a experiência avançada em curso hoje no Ceará, denunciando o cerco político armado pela burguesia em torno da Prefeitura, esclarecendo a verdade sobre as mentiras divulgadas na grande imprensa, etc. . . Desta forma, o jornal tem cumprido com o seu papel na defesa desta Administração que expressa uma conquista muito importante do PT e do movimento operário e popular.

Todavia, passados seis meses desde a posse da companheira Maria Luíza, faz-se necessário que o jornal abra um espaço para um balanço político desta experiência que traz em seu bojo uma dimensão histórica que não pode ser subestimada. Nos limites deste artigo e a título de uma contribuição ao debate, nos propomos a sustentar algumas impressões políticas pessoais sobre o tema. A tarefa nos será facilitada, em parte, pelo fato de estarmos vivenciando, dentro da Administração, todas as suas dificuldades e impasses.

Penso que, mesmo sem um caráter conclusivo, estas impressões podem oferecer um quadro aproximado da situação atual que não é, em absoluto, animadora. Quanto a isto, é preciso demarcar, já de início, com a visão de fundo manipulatório segundo a qual a tarefa de defender a Administração Popular nos poderia eximir de colocar o assunto com toda a sinceridade possível. É preciso ter a convicção de que não chegaremos jamais a enganar o inimigo de classe mentindo. Mas enganando os operários nos enganamos a nós mesmos. Para o proletariado, conforme assinalou Lukács, a verdade é uma arma que leva à vitória; quanto mais implacavelmente verdadeiro ele for, tanto mais seguramente vencerá.

Com esta concepção, nos parece importante assinalar que o quadro político da Administração é, hoje, um quadro de crise. É preciso começar por esta caracterização.

A base objetiva da crise:

Para aqueles que acompanham de longe a experiência da Administração Popular, torna-se muito difícil perceber a radicalidade da disputa política aberta em Fortaleza. Vive-se aqui uma guerra declarada que coloca, de um lado, a Prefeitura, o PT e as correntes, de esquerda e, de outro, os Partidos da Aliança Democrática, o governo estadual, a Câmara Municipal, os coronéis,

o PCdoB e as entidades por ele controladas e a grande maioria dos veículos de comunicação de massa. Para a burguesia, nesta guerra vale tudo: da mentira aos ataques pessoais, do boicote à retenção de verbas, das ameaças de morte às agressões físicas.

Ocorre que esta guerra foi deflagrada em uma situação muito desigual. Do lado de cá, temos uma Prefeitura falida, com uma máquina montada para não funcionar, com pelo menos 1/3 do seu pessoal excedente; um PT muito pequeno, despolitizado e sem presença no movimento de massas; uma esquerda fracionada que referencia diretamente uma base de massas significativa porém desorganizada. Tudo isto em uma cidade de baixíssima concentração operária e onde o atraso predomina amplamente, em todos os níveis.

Some-se a isto os problemas estruturais da quinta capital do país, hoje com quase dois milhões de habitantes. Uma cidade destruída, inchada pelo êxodo rural patrocinado pelas secas, pelas enchentes e pelo latifúndio, com uma infra-estrutura urbana caótica e com uma população atormentada, em sua grande maioria, pela miséria absoluta.

A conquista da Prefeitura pelo PT não significou, obviamente, a chegada ao Poder, sequer municipal. Trouxe-se, unicamente, da tomada de uma fatia do poder efetivo que permanece com a classe dominante. Dentro do aparelho de Estado burguês insinuou-se um "corpo estranho" a Administração Popular — que precisa ser eliminado a qualquer custo, sob pena de debilitar o organismo montado para responder aos interesses de uma classe. A partir desta contradição, a crise esteve sempre colocada como uma possibilidade real. Era preciso que o **sujeito transformador** oferecesse as respostas políticas ousadas que a evitassem.

As respostas políticas:

Na formulação das respostas necessárias, a Administração tem experimentado um conjunto de debilidades. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a Prefeitura não conta — até o momento da redação deste artigo — com um CENTRO POLÍTICO definidor de suas posições, nem com um PROGRAMA DE GOVERNO que oriente suas ações. Desde o início desta experiência, temos apontado estas duas lacunas como os principais problemas políticos da Administração. Na tentativa de resolvê-los, formulamos já várias alternativas de direção e chegamos mesmo a preparar, conjuntamente com outros companheiros, um anteprojeto político administrativo para a Prefeitura, entregue há cerca de três meses. Não obstante estas tentativas não terem surtido o efeito esperado, uma linha política tem conseguido assegurar a hegemonia sobre a atual gestão. É difícil precisar exatamente o conteúdo desta linha hegemônica, uma vez que suas concepções não costumam aparecer claramente. Pode-se, entretanto, sem sombra de dúvidas, caracterizá-la como politicamente estreita. Em linhas gerais, tal linha menospreza sobremaneira o papel das medidas político-administrativas. Sua perspectiva sempre teve presente a necessidade de manutenção de uma base de massas mobilizável a qualquer momento para atos de apoio à Administração; elemento muito importante que, todavia, não substitui a ação especificamente administrativa, nem oferece um guia suficiente à orientação política. Por outro lado, tal visão mantém um referencial diminuto do papel fundamental que pode ser cumprido pela Administração Popular: tratar-se-ia, tão somente, de a Administração fortalecer as lutas populares, política e materialmente. Esta visão, que reduz o potencial colocado à Prefeitura, tem se desdobrado em uma prática marcadamente utilitária que se relaciona com o aparelho de Estado com uma conduta que dificulta a ampliação do apoio político à administração.

Por outro lado, algumas indefinições estiveram presentes, por exemplo, no tratamento às greves do funcionalismo e no caso das demissões de servidores. O tratamento às greves foi via de regra, liberal. Não levou-se em conta que uma postura de apoio em princípio a qualquer greve poderia abrir espaços como abriu à articulação da direita e do PCdoB (que não têm se diferenciado muito), forças interessadas no boicote à Administração e cuja tarefa é facilitada enormemente pelo fato de os salários não estarem em dia e porque uma base considerável no funcionalismo é estreitamente ligada aos interesses dos coronéis. Chegou-se ao ponto em que repartições foram trancadas com correntes impedindo-se a entrada ou a saída de superintendentes e secretários dos prédios públicos. No caso das demissões, a mesma coisa. Desde há muito tempo temos defendido a necessidade de se efetivar as demissões necessárias, principalmente

dos altos salários. Concretamente, a política do "não demitir" acabou prevalecendo pois os cortes efetivados até a data da vigência da lei eleitoral (que proíbe por um ano as demissões) foram muito insuficientes. Assim, não se enfrenta o problema de ter que demitir, em compensação, se aprofunda a crise financeira da Prefeitura que não tem como pagar. No meio de tanta confusão, quando a Prefeitura se encontrava com cerca de 60 por cento de seus servidores em greve, alguns companheiros apresentaram uma proposta decididamente "ofensiva": greve geral na Prefeitura, procurando assumir com esta proposta a direção do movimento dos funcionários e dirigir a greve geral contra o... presidente Sarney! Isto em um momento em que nos esforçávamos, negociando o fim de várias greves mediante propostas de calendário de pagamento, pagamento por faixas salariais, etc... Alguns dias depois, as direções de várias associações controladas pela direita decidem em uma Assembléia pouco representativa desencadear a greve geral que, felizmente, não vingou.

Todavia, a questão é bem mais complexa do que pode parecer à primeira vista. No que diz respeito às greves dos funcionários, a dinâmica do movimento fez surgir propostas de "endurecimento" que seriam incompatíveis com o caráter da administração. A questão chave de realizar um trabalho político junto ao funcionalismo foi menosprezada por todas as posições políticas. No caso das demissões também teria sido incorreto adotar uma prática que levasse em conta exclusivamente a necessidade do saneamento financeiro. O caminho a ser seguido exigia as demissões seletivas combinadas com medidas de capacitação e aproveitamento dos funcionários de baixos salários. Em geral a crítica de direita à experiência de Fortaleza afirma que o PT não sabe administrar, quando os problemas de fundo são de natureza política. Maria Luiza tem muito presente as limitações deste caminho que tende a absolutizar o fazer administrativo em contraposição ao fazer político. Administrando uma situação política caracterizada por um equilíbrio

muito instável entre orientações distintas que convivem na administração, a Prefeita de Fortaleza tem todas as condições de garantir a unidade necessária dentro de uma perspectiva de esquerda que lhe reservou um papel destacado na política nacional.

A saída política:

Em que pese o conjunto de dificuldades enfrentadas pela Prefeitura, há condições de se construir uma saída política que resguarde o projeto de uma administração popular.

Seria uma pretensão descabida insinuar uma solução global e definitiva, entretanto, alguns elementos me parecem indispensáveis a qualquer proposta responsável. Em primeiro lugar, é preciso formar um comando político com o caráter de uma direção reconhecida da administração. Tal comando deveria integrar, além da figura da Prefeita, de seu vice e do Presidente regional do PT, as correntes políticas que compõem a administração. Em segundo lugar, é preciso definir urgentemente o programa de governo da Prefeitura com o estabelecimento de metas e prioridades municipais. Em terceiro, colocar em prática um conjunto de medidas político-administrativas de impacto, entre elas uma reforma no secretariado. Paralelamente, é preciso assegurar o envolvimento maior do PT a nível nacional, a partir de sua executiva, no apoio necessário à Prefeitura, o que poderia ser viabilizado com o envio de uma comissão de técnicos e especialistas em administração pública, finanças, direito tributário, etc... Viabilizando-se a cobrança da dívida ativa da Prefeitura, assegurando-se apoio político para a obtenção de recursos mesmo no exterior, elaborando-se uma política de elevação da arrecadação (IPTU, ICM,



etc.) implementando-se um plano de emergência que assegure, pelo menos, o funcionamento dos órgãos vitais da Prefeitura na prestação de serviços à população, é possível superar a crise e vislumbrar um acúmulo político até o final da gestão. Uma outra medida política que teria larga repercussão diz respeito à tática eleitoral do PT no Ceará. Frente ao isolamento da Administração e às perspectivas de risco que envolvem as eleições no estado, seria muito importante que o próximo Encontro Estadual do PT reformulasse a posição contrária às coligações admitindo, pelo menos, a composição com o PSB.

Para isso, é preciso ter presente a importância desta experiência e, sobretudo, evitar uma rota de colisão da administração com o PT, ou do PT com a administração, caminho que poderá ser construído na perseguição de objetivos menores.

*Marcos Rolim, membro do Conselho Editorial de O Amanhã, ocupa cargo de assessor político da prefeita Maria Luiza Fontenelle (PT) em Fortaleza.

Eleições na UNE

A hora da fraude

Como alguém registrou a fraude promovida pela chapa UNE-Livre, apoiada pela tendência estudantil *Viração*, nas eleições para a UNE em São Paulo foi coisa para trambiqueiro nenhum botar defeito.

Em pelo menos 13 escolas no estado foram descobertas as "arrumações" da UNE-Livre: no final das contas, nada mais nada menos do que alguns milhares de votos "frios" entrariam nas urnas. Para se ter uma idéia das dimensões do "fenômeno", mesmo que a chapa *Pra sair desta maré*, à única da oposição em condições de vencer, ganhasse em todos os estados do país, não conseguiria suplantiar a diferença dos votos "fabricados" em São Paulo.

Assim se afirmaria aquilo que certamente seria noticiado pela *Tribuna da Luta Operária* como uma "vitória esmagadora dos revolucionários contra o petismo, etc, etc".

Que a coisa toda não era "nem tão limpa e nem tão transparente" já pôde se verificar no processo eleitoral da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP): foram interrompidas e adiadas em uma semana em função das várias denúncias e comprovações de fraude que surgiram. Neste quadro, as chapas concorrentes à União Nacional dos Estudantes, a exceção da UNE-Livre e da chapa do PTB-PFL, também reivindicaram um adiamento de uma semana na votação, que deveria ocorrer si-

multaneamente a da UEE, a fim de que fossem averiguados os fatos. A maioria da diretoria da UNE recusou esta solução. A partir daí o impasse estava criado. As chapas se retiraram do processo.

Por seu turno, a chapa UNE-Livre, ignorando as desistências, resolveu levar o seu comportamento inicial até o fim. Terminou por considerar-se (e ser considerada) eleita em um pleito em que participaram menos de dez por cento dos estudantes (144 mil).

E para "fabricar" os votos foram utilizadas as técnicas mais variadas. Foram apresentados pedidos de credenciamento em nome de pessoas que não existiam como no caso das Faculdades Integradas de Cruzeiro onde o pedido foi apresentado em nome do Vice-presidente do Diretório Acadêmico, Mário Lul Barreto, que, conforme se confirmou posteriormente, é um indivíduo inexistente. Fato, aliás que se repetiu na Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã onde o 2º secretário do D.A., Newton da Silva Rosas, pessoa em nome da qual foi apresentado o pedido de credenciamento da escola tampouco existe. Da mesma forma a Faculdade de Ciências e Letras de Registro foi credenciada por um ser inexistente. Trata-se da diretora do D.A., Nilda Martins de Oliveira, que nunca deu nem poderia dar o ar de sua graça, na escola, menos ainda credenciá-la. Afinal, tanto quanto se saiba,

espectros não se interessam por eleições estudantis.

E na Faculdade de Educação Física de Santo André (FE-FISA) o caminho não foi diferente: o presidente do Diretório Acadêmico Horácio Barioni, Elcio de Souza Medeiros, também faz parte desta legião de invisíveis. Não obstante isto assinou com todas as letras o pedido de credenciamento de sua entidade para as eleições.

Contudo, certamente insatisfeitos com estas invenções os membros, aliados e apoiadores da UNE-Livre resolveram inventar escolas inteiras. Foi o caso da Faculdade de Artes de Guararapes, fechada desde março de 1985, segundo atesta o docu-

mento do Conselho Federal de Educação (CFE), parecer número 23033.007296/84-6. Em um dado momento, diz o texto de maneira indubitável: "informamos a V.Sª (o CFE) que a Faculdade de Artes de Guararapes encerrou suas atividades escolares em março de 1985".

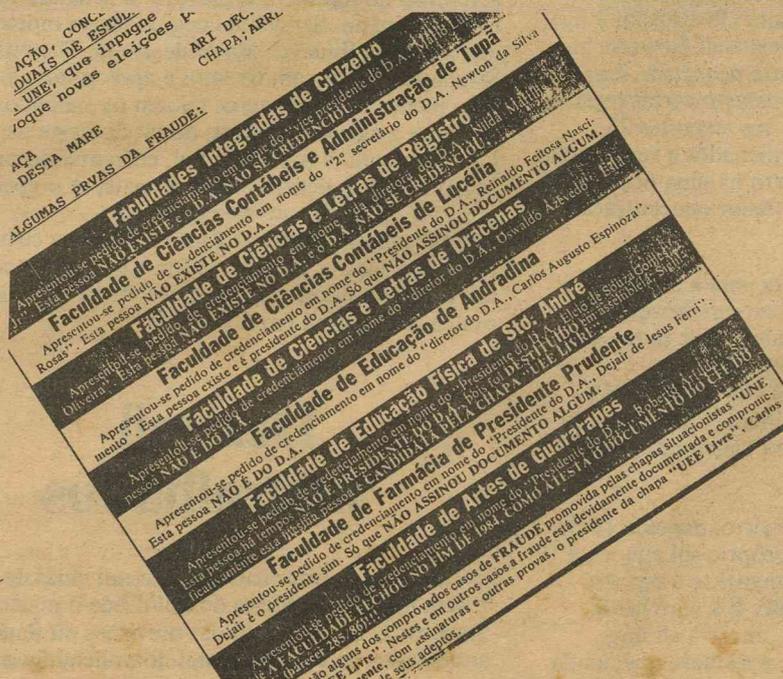
A ficha de credenciamento, assinada por Roberto Arruda, autorizava Carlos Watanabe, candidato a presidente pela chapa UEE-Livre, a retirar as 400 cédulas eleitorais correspondentes ao mesmo número de estudantes que a Faculdade de Guararapes teria.

Estes exemplos bastam. Existem outros, muitos outros e

todos estão documentados, fartamente documentados, seja através das fichas de credenciamento seja através das atas das reuniões da Comissão Eleitoral. E para quem não estiver contente o cortejo segue: desde cédulas eleitorais que foram requeridas em maior número do que o de estudantes, como ocorreu na PUCCAMP, no D.A. de Fisioterapia onde o número de alunos era de 460 e as cédulas requisitadas foram quinhentas. A autorização foi assinada por Yara Valente para que Adriana Saker, membro da chapa UNE-Livre retirasse as cédulas, até presidentes de Diretórios que foram destituídos, e mesmo assim assinaram pedidos de credenciamento.

Entretanto, enganam-se os que pensam que este é um golpe que atinge apenas as outras chapas, pelo contrário atinge a entidade máxima dos estudantes e aprofunda o verdadeiro descalço, para dizer o mínimo, com que é encarada pela maioria dos estudantes, exaustos já do aparelhismo e das manipulações patrocinadas pela tendência estudantil *Viração*.

Ao que tudo indica um dos caminhos que resta, na tentativa de reerguer o ME, é aquele que pode ser aberto a partir do Conselho Geral de Entidades (CONEG) que se realizará nos dias 4 e 5 de julho, onde os DCEs e UEEs do país inteiro, poderão decidir os passos a serem percorridos daqui para a frente.



SOWETO

(a multiplicação da revolta)

O bairro de Soweto, localizado a 16 quilômetros de Johannesburgo, no dia 16 de junho de 1976, sem ter claro a cabalística numérica de quilômetros, dias, mês e ano, sem se importar para o calendário, partiu para uma arrancada de protestos e resistência contra o regime racista que dificilmente encontra parâmetros na luta dos povos neste século. Os habitantes do bairro tinham acumulado suficiente coragem para enfrentar a sanguinária polícia sul-africana, e, como todas as demais iniciativas que partem da maioria negra, foi sufocada a balas.

inaugurando seu passo, faria a primeira vítima: o menino Hector Peterson, 12 anos, cairia morto na estrada, por uma rajada de metralhadora.

O menino Hector disparou a onda ainda contida da rebelião negra no bairro: as horas seguintes foram de carros incendiados, de vidraças partidas, de saques e de uma disseminação de cartazes e gritos de protestos inacreditáveis em uma África do Sul mantida e contida sob a guarda de um dos mais sofisticados exércitos do planeta, treinado e municiado quase que exclusivamente

outras pessoas em todo o mundo, olhando a África do Sul não através de bolas de cristal ou de alças de mira, garantem que o maior banho de sangue pós II Guerra Mundial está para acontecer, exatamente no local onde Swanepoel queria levar a paz através de fulminante ação armada.

O bispo negro Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz de 1984, é o mais desesperado arauto a anunciar isso em todos os cantos do mundo. As potências econômicas estão surdas aos seus apelos, pois atentíssimas ao sonir dos metais estratégicos vindos do regime racista. O bispo compara o regime sul-africano à Alemanha Nazista, "onde se prendia e se matava sem que ninguém soubesse ao menos a razão". Isso acontece, segundo o bispo, "porque o regime de Pretória se sente protegido pelos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental, seus maiores parceiros comerciais".

O menino Hector Peterson, dez anos atrás, deixava a vida, mas a permanente nuvem de fumaça não deixou Soweto. Nem o sangue deixou de umedecer o pó das ruas do bairro. Tampouco as minas e indústrias de Johannesburgo deixaram de produzir ou de utilizar a mão-de-obra barata. Nem a causa aparente do protesto daquela manhã — a obrigatoriedade do *afrikaans*, a língua dos brancos, como idioma oficial de ensino nas escolas dos bairros negros —, teve algum resultado sobre as decisões impositivas do regime racista. Mas a realidade mudou muito em Soweto, como de resto em todos os bairros sul-africanos e na consciência dos povos. Neste 16 de junho, dez anos depois, a África do Sul, branca, amanheceu toda ela sem saber de onde viria a primeira pedra. Militarmente ocupada, sufocada em mais um estado de emergência e amargando uma greve geral, com índices de 90 por cento de sucesso admitidos pelo próprio governo. As linhas telefônicas para Soweto estavam cortadas, todos os jornais censurados, todas as agências de notícias estrangeiras proibidas de noticiar fora dos "informes oficiais" e com remoção de escombros de favelas inteiras, principalmente na região do Cabo. Dezenas de mortos, centenas de desaparecidos e um número de feridos ainda não avaliado. A todo e qualquer sul-africano que tentar desvendar esta realidade, noticiando-a no país ou fora dele, está reservada pena inicial e sumária de dez anos de prisão. Porque a realidade das operações policiais que na África do Sul estão sendo realizadas certamente supera os limites de qualquer "tolerável" genocídio.

Sufocar o genocídio

Embora oficialmente a Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha Ocidental sejam fiéis ao regime racista, os problemas políticos internos, nestes países, frutos desse apoio, são significativos. Apesar da oposição de Reagan, a Câmara de Deputados aprovou a lei que impõe embargo comercial total à África do Sul, e a retirada, em 90 dias, de todas as empresas americanas no país.

Thomas O'Neill, presidente da Câmara, apelou a Reagan para que mude de posição, "pois é preciso mudar a África do Sul enquanto essa mudança ainda pode ser feita pacificamente". O projeto de lei foi aprovado por unanimidade e irá ao Senado. Se ali também passar, será vetado por Reagan.



A consciência negra, naquela manhã, dera um salto surpreendente sobre suas próprias vítimas e, pasmando a minoria branca que controla todas as riquezas no país, iniciou a caminhada de sua libertação. Os policiais e os próprios aparelhos de Estado, certamente estavam longe de imaginar o real sentido dos protestos de Soweto, há dez anos atrás. Afinal, provavelmente pensaram, logo o bairro de Soweto onde os negros possuem certas regalias econômicas e sociais não sonhadas aos restantes 23 milhões de negros sul-africanos condenados a verdadeiros campos de concentração. Em Soweto há uma população de dois milhões de privilegiados, a maior concentração operária do continente africano.

É desse bairro que sai a mão-de-obra para a indústria e às minas de Johannesburgo. Para morar em Soweto, sempre sob permissão e licença branca, deve se esperar em longas filas, longos anos, conforme prevê a legislação do *apartheid* (ver matéria em O AMANHÃ, nº 3). Mesmo com a dura triagem branca, não ficou garantida a passividade negra em um bairro estratégico para o racismo como Soweto.

O sol iluminava não muito bem o bairro, naquele 16 de junho, quando eram 7h30min., o próprio sol encontra dificuldades para transpassar a permanente e espessa nuvem de fumaça que cobre a região. E a marcha de protesto, puxada por adolescentes, iniciava ali uma caminhada sem fim de combate ao *apartheid* que, ainda

para escravizar aqueles que, naquela manhã, tinham dado adeus à mais cruel servidão da era moderna.

O policial Theums Swanepoel, chefiando a tropa, não acreditou no que viu em Soweto. E ordenou fogo indiscriminado. Seiscentos negros foram mortos antes que a manhã findasse. Mas o desejo de Theums Swanepoel, hoje com 61 anos e aposentado, era de que pelo menos dez mil negros fossem metralhados. Ele declarou à agência Reuters, no início deste mês de junho, quando a África do Sul, enfrentando protestos de todos os lados, dentro e fora do país, se preparava para comemorar os dez anos de massacre:

"Se for preciso restaurar a lei e a ordem à custa de dez mil vidas, faça-o, porque no fim das contas você estará salvando um número incalculável de gente inocente que nunca se envolveu em distúrbios".

Dez mil metralhados

Certamente, muito mais que dez mil vidas de negros já foram levadas na África do Sul desde o massacre de Soweto. E, ao contrário das previsões ou *flash-back* anunciados na bola de cristal do policial Swanepoel,

Margaret Thatcher enfrenta pressões no próprio Partido Conservador, revoltado com a posição contrária de Thatcher às sanções econômicas. A Grã-Bretanha ficou isolada da Comunidade Britânica diante de um relatório de 49 países da organização, que exigem sanções econômicas como a única maneira de evitar um banho de sangue na África do Sul. Os britânicos, dando um toque de barriga, mantêm o olhar atento aos 9 bilhões de dólares investidos no regime de Pretória.

A Comunidade Econômica Européia (CEE), reunindo os ministros do Exterior de 12 países, não conseguiu chegar a consenso sobre as sanções que adotaria. Exatamente porque a Grã-Bretanha, com apoio da Alemanha Ocidental, se opôs à adoção de qualquer medida. A Dinamarca, Irlanda, Grécia e Espanha defenderam boicote econômico total. Diante do impasse, a Holanda propôs nova reunião para julho.

A ONU, há um ano tentando convocar uma conferência específica sobre África do Sul, está sendo impedida pelos três países comerciantes preferenciais do regime racista. Uma espécie de contra-boicote ao boicote das potências favoráveis à Pretória.

“Essa posição é uma tentativa de invalidar nosso trabalho. Mas o nazismo sul-africano é uma questão central no mundo de hoje e num futuro não muito distante o presidente sul-africano Pieter Botha vai se juntar a Duvalier (ex-ditador haitiano) e Marcos (ex-ditador filipino) numa ilha deserta em algum lugar” afirmou o líder negro e pastor americano Jesse Jackson.

Oliver Tambo, presidente em exercício do Congresso Nacional Africano (a maior organização de luta contra o apartheid), conclamou os países ocidentais a adotarem sanções imediatas e globais contra o regime racista, argumentando:

“Quem diz que as sanções econômicas vão piorar a vida dos negros da África do Sul não conhece o caráter criminoso e genocida do apartheid. As sanções não nos matarão; é o apartheid que está nos matando.”

Tambo fez esta declaração logo após o ministro do Exterior britânico ter afirmado que a posição inglesa é correta, pois que com o boicote seriam os negros que sofreriam mais que os brancos.

Quando sacerdotes, líderes sindicais, líderes de comunidades, advogados de presos políticos, médicos que socorrem vítimas da violência da repressão estudantes, professores são tirados da cama e presos, a gravidade política da África do Sul aponta uma nova etapa, que transcende a coragem voluntária da população e aponta para a organização concreta do povo. As manifestações dos dez anos do massacre de Soweto se realizaram, apesar das pelo menos três mil prisões preventivas de lideranças sul-africanas. As prisões, se culminaram no abrandamento dos confrontos, não eliminaram de nenhum modo o avanço cada vez mais crescente da revolta negra.

A guerrilha avança

A comprovar isso, estão as declarações cada vez mais desesperadas do bispo Tutu, pois ele detecta a clara opção pela guerrilha e a clandestinidade registrada na juventude negra sul-africana. O que Tutu não deseja, e Botha odeia, parece o caminho inevitável. Uma das poucas informações concretas que se tem sobre isso, após o estado de emergência, é que toda a redação do jornal católico, crítico moderado do apartheid, *The New Nation* entrou na clandestinidade, após ser ameaçada

por negros conservadores chamados vigilantes. A guerrilha do Congresso Nacional Africano, muito mais sólida hoje do que há dez anos atrás, influi decisivamente no comportamento das majorias negras, dirigindo as lutas a partir do Zimbawe e Zâmbia. A representatividade de Oliver Tambo, substituto de Nelson Mandela condenado à prisão perpétua, levou empresários sul-africanos a se reunirem com o CNA e tentar uma negociação pacífica, contrariando frontalmente as leis do regime racista. Os próprios brancos não estão se entendendo. Nos últimos anos, oficialmente, tem-se como dois mil o número de mortos em conflitos. Quase quatro vezes mais que os mortos no massacre de Soweto. A disposição de enfrentar as armas e lutar pela dignidade humana supera também as previsões daquele policial que ordenou o abrir fogo contra adolescentes. Winnier Mandela, mulher de Nelson, hoje um símbolo de resistência, resume sua disposição de luta e consciência de seu povo com essas palavras: “Há muito tempo deixei de existir como indivíduo. Os ideais, as metas políticas pelas quais luto, são ideais e metas do povo deste país. Tudo o que me fizerem estarão fazendo à população sul-africana”.

Os negros sul-africanos estão se entendendo e abrindo trincheiras em seus guetos, embora a permanente tolda da repressão não os abandone um minuto. Como a nuvem de fumaça que não abandona o bairro de Soweto. Neste 16 de junho colocaram o mundo a debater sobre o genocídio pelo qual passam. Parece que o menino Hector Peterson, aos 22 anos, levanta da poeira onde caiu metralhado, e caminha para as barricadas. O policial Theums Swanepoel envelheceu rapidamente, e já não sabe se o que divisa na alça de mira é um menino ou um homem, um indivíduo ou uma multidão. Ou uma bola de cristal que contracenava, em armas, mirando na testa de sua imagem branca.

Peru: A chacina de Garcia

Quando assumiu a presidência do Peru, em julho do ano passado, Alan Garcia prometeu, solene, que iria combater o terrorismo com mão firme mas sem excessos. Ainda não completou um ano e já é o responsável pelo maior massacre de prisioneiros — todos membros da organização Sendero Luminoso — já ocorrido nos anais da história em qualquer época.

Depois de batalhas sangrentas, que chegaram a durar mais de 50 horas, as tropas de elite do exército peruano (Comando Conjunto das Forças Armadas), sob ordens expressas e diretas do presidente já podiam contabilizar como saldo 286 guerrilheiros mortos e mais 241 feridos.

Tudo começou quando os senderistas, na manhã do dia 18 de junho, se rebelaram simultaneamente em três prisões: El Frontón, uma ilha que servia como penitenciária a 20 quilômetros da capital peruana, Lima, San Pedro, localizada no bairro operário de San Juan de Lurigancho, nos subúrbios da cidade, e em Santa Bárbara, um presídio feminino próximo a San Pedro. Os números da “vitória” de Garcia são os seguintes: El Frontón, mais de 20 horas de combate e um aparato guerreiro que incluiu veículos anfíbios, helicópteros, lanchas torpedeiras para bombardear a prisão, e, ao final 156 prisioneiros mortos. Durante todo este período os guerrilheiros do Sendero resistiram com metralhadoras, fuzis e até arcos e flechas. San Pedro, a fortificação situada num descampado desértico exigiu para sua “pacificação” quase 36 horas de combates ininterruptos. Os soldados de Garcia utilizaram mísseis antitanques no bombardeamento do edifício. Os 260 prisioneiros resistiram atrás das barricadas de tijolos e concreto erguidas à volta de seus alojamentos. Ao final, 128 mortos e 200 feridos. Em Santa Bárbara, tudo se passou de forma mais “suave”. Houve até negociações realizadas por uma “comissão de paz”.

Quando se inviabilizaram as negociações tudo foi resolvido muito rapidamente com bombas de gás lacrimogênio e francos atiradores dos corpos femininos da Guarda Republicana. A trágica contabilidade também foi bem menor: “apenas” duas prisioneiras foram assassinadas.

No dia seguinte quando ainda não estavam completamente apagadas as chamas das prisões transformadas em ruínas, o presidente Alan Garcia abriu o XVII Congresso da Internacional Socialista afirmando que “não tivera outra alternativa senão a de fazer prevalecer o princípio da autoridade sobre o do terrorismo”. Além disto pediu desculpas ao presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt “pelos atos de violência com que o totalitarismo e o crime procuraram empanar e deter esta reunião”.

Ao mesmo tempo crescem as evidências de que o

número de mortos divulgados pelos órgãos oficiais está muito aquém da realidade, fala-se, pelo menos, em 500. As agências governamentais insistem em 300.

A televisão peruana, finalmente autorizada a entrar em El Frontón, mostrou os destroços fumegantes. Numa parede aparecia um lema do Sendero: “Vamos fechar o grande salto com chave de ouro”. A televisão transmitiu estas cenas tendo como música de fundo a *Sinfonia do Novo Mundo* de Dvorak.

Não muito longe dali a Internacional Socialista — com a ausência de Bettino Craxi, primeiro ministro da Itália, da primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland e Ingvar Carlson da Suécia, que não viajaram a Lima temendo represálias — continuava seus trabalhos. Na sua pauta temas como o desarmamento, os direitos humanos e a paz mundial.



Famílias dos prisioneiros aguardam notícias



Cena do massacre

À imprensa operária e os intelectuais

Tarso Fernando Genro

A era do capital monopolista coloca o movimento operário perante poderosos meios de comunicação. As classes dominantes contam, hoje, com meios altamente sofisticados para acentuar a alienação numa escala inimaginável há algumas décadas atrás. A imprensa operária deve, por isso, renovar-se, não só redefinindo os objetivos, mas também buscando novas formas de encarar o enfrentamento ideológico com os valores "globais" do capitalismo.

A tradição da imprensa operária, no fundamental, sempre buscou contrapor o ponto de vista dos operários ao ponto de vista das classes dominantes sobre questões que vão da política à arte, da ética às relações econômicas. Tratou-se, sempre, de dividir a "opinião pública", neutralizar, através da imprensa operária, a propaganda ideológica da burguesia e assentar golpes na implementação da sua política, além de buscar a educação de uma vanguarda de classe. Esta disputa, ainda que obviamente desigual, possibilitou que o proletariado dificultasse a reprodução da hegemonia burguesa e mesmo conquistasse, para o seu lado, parcelas consideráveis da chamada "opinião pública", que é a visão conjuntural das amplas massas indiferenciadas.

A aceleração do desenvolvimento capitalista e o surgimento dos meios de comunicação eletrônicos altamente sofisticados, como a TV, a formação de conglomerados de comunicação, combinados com a implantação de inúmeras revistas nacionais, todas subordinadas ao grande capital, exige que se busque uma renovação profunda na imprensa operária e também que se dê uma nova dimensão para a atividade dos intelectuais vinculados ao movimento operário. Quero deter-me, especialmente, na exigência de combater o artesanato, a partir da necessidade e da possibilidade de disputar a hegemonia, nos novos patamares colocados pela dominação burguesa moderna.

Em primeiro lugar, é bom deixar bem claro, que a imprensa operária jamais foi sinônimo de imprensa oligofrênica, que trata os operários como se eles fossem débeis mentais, que crê que os operários exigem um desfile de caricaturas para aprenderem o movimento real. A complexidade dos temas pode e deve exigir uma linguagem acessível. Mas não existem duas verdades, uma que é passada para o proletariado, outra que é para consumo dos iluminados de turno.

Em segundo lugar, equivocam-se — e tornam-se paternalistas e basistas — aqueles que acham que os operários avançados e os ativistas do movimento de massas são avessos à teoria. São avessos, isto sim — como todos somos — a uma teoria que não se relacione com a vida, que não diga respeito aos nossos interesses imediatos ou históricos, ou que trate de idealizar polêmicas que a vida não colocou, ou que se baseiem em inquietações grupistas ou de seitas.

A primeira tarefa, que a imprensa operária não pode abdicar e, ao contrário, deve encará-la como cada vez mais presente, é de constituir um



campo teórico-político que se disponha a consolidar, nos bolsões avançados das massas, uma base proletária com consciência socialista. A segunda tarefa, que é vinculada à primeira (e que deve constituir a espinha dorsal de um jornal operário) é a de subsidiar a intervenção política dos ativistas, não só através de matérias de cunho político, como também de natureza econômica e cultural, mas partindo do movimento real e das exigências políticas do movimento.

Estas duas tarefas centrais não disputam tradicionalmente a formação da "opinião pública", a opinião das amplas massas indiferenciadas, mas objetivam corroer a dominação ideológica da burguesia. Elas preparam os ativistas de vanguarda para orientar a sua práxis política e a práxis das massas operárias, para uma atividade socialista contraposta à ideologia burguesa, em todos os níveis.

Para os intelectuais de vanguarda, hoje acresce-se à tradicional tarefa de sistematizarem e criarem, a partir das experiências do movimento operário, um combate pela organização de instituições político-culturais para disputar a hegemonia também num outro nível, a saber: no espaço em que os meios de comunicação, originários do capitalismo monopolista lançam a sua ética desagregadora pretendendo passar por universais os seus valores típicos. Além da disputa pela "opinião operária" devemos enfrentar a disputa desigual pela "opinião pública", que principalmente nos momentos de evolução pacífica da luta de classes jogam um papel extremamente importante na luta política.

Alto grau de manipulação da era da eletrônica, na época em que os monopólios chegam aos meios de comunicação, exige que a intervenção dos intelectuais revolucionários encontre

novos meios para divulgar as suas reflexões e as suas conquistas teóricas. De uma parte, é evidente, não podemos abdicar, como já acentuamos, da imprensa operária, mas esta só terá um efeito mais sólido no interior da vanguarda, cuja visão crítica do capitalismo já está consolidada ou a caminho da consolidação. No interior da vanguarda a disputa se dá ordinariamente entre a conciliação e a ótica de classe. Mas as amplas massas indiferenciadas, não concentradas, semiproletários, pobres, "médias", precisam de referenciais críticos que abram espaços nos grandes meios de comunicação, para que o combate ao artesanato político seja um combate conseqüente. A busca do consumidor estabelece a concorrência e a concorrência na imprensa (escrita ou não) gera determinados espaços, pois, se é verdade que ela tende, em última instância, a reproduzir as relações de dominação, também está em busca de consumidores e, para tanto, disputa também um público intelectualmente mais exigente e politicamente mais aberto.

Para isso, ela precisa lidar com os opostos, fato que abre oportunidades para intervenções críticas. Estas, por serem verdadeiras e dizerem respeito a situações concretas, que permeiam a vida de cada "cidadão", tem efeito multiplicador e relativa capacidade de neutralização da influência política e ideológica das classes dominantes, contribuindo para formar um campo político que se oponha aos valores da dominação.

Aquire importância, por isso, não só um trabalho que vise a formação de quadros operários preparados, para neutralizar no interior do proletariado a hegemonia burguesa, mas também vise a formação de uma ampla rede de intelectuais radicais junto à Universidade, órgãos de pesquisa e entidades culturais, que se tornem referências políticas, com

uma visão nitidamente anticapitalista e, ao mesmo tempo, que sejam "produtores" de materiais de alto nível teórico. Esta disputa dá-se, diretamente, com uma imensa equipe de scholars das Universidades que usam a aparelhagem marxista para, com uma linguagem "rebelde", traficar a democracia dos monopólios.

A formação de referências políticas radicais, que abram trânsito nos órgãos da grande imprensa (rádio, jornais, TV), referências estas apoiadas na necessidade objetiva dos órgãos da imprensa de concorrerem entre si, torna-se uma tarefa de primeira grandeza. Estas referências culturais, políticas e intelectuais, que tanto podem ser pessoas como entidades, não substituem a imprensa operária, quer a de caráter formativo/organizativo, quer a de caráter agitativo, esta amparada na denúncia política e na disputa entre os valores do capitalismo e do socialismo revolucionário. Elas podem, porém, neutralizar, com meia dúzia de verdades, centenas de manipulações, jogando a máquina de manipulação burguesa contra a própria classe dominante.

O universo manipulado é amplo, ofensivo, mas permeável. A cadeia de mediações, necessárias para tornar "verdade" uma mentira, para tornar "realidade" uma ficção, freqüentemente pode ser destruída por uma formulação sólida, que tenha como raiz a existência de cada um, a experiência do cotidiano, a dureza da objetividade oriunda das relações de trabalho. Até ao nível de uma simples reportagem esta desestabilização pode funcionar.

Um operário portuário, perguntado sobre a dívida brasileira deu uma resposta exemplar que "desconstituí", galhardamente, as teses que sustentam, direta ou indiretamente, o pagamento da nossa dívida externa. Indagado pela repórter da TV sobre a dívida de um estaleiro falido, com bancos estrangeiros, o operário fixou serenamente a câmera, baixou os olhos para sua marmitta e respondeu:

"Eu? Eu não devo nada . . ."

Por um momento, toda a montanha de argumentos sobre as relações financeiras internacionais "honestas", sobre as relações "sérias", entre credores e devedores, ficou humilhada perante a dialética proletária. Ela abordou uma intrincada questão jurídica a partir de um ponto de vista de classe.

Os artigos do professor Florestan Fernandes, na Folha de São Paulo, em espaço que ele conquistou pela sua coerente trajetória de intelectual (mas sobretudo porque o seu porte universitário obriga a submissão dos preconceitos), constituem outro exemplo eloqüente. Seus trabalhos na imprensa tradicional contrapõem à ideologia da classe dominante uma perspectiva democrático-radical. Eles se tornam, hoje, referências para a parte da intelectualidade que não se rendeu aos mitos da democracia formal, que glorifica o homem abstrato para humilhar e espoliar, no cotidiano, o cidadão concreto, a quem é reservado o "direito" de escolher entre morrer de fome ou de frio, dependendo da colheita ou da intensidade do inverno.

TLO & PC do B

Reformistas graças a Deus

Afonso Araújo Filho

A Tribuna da luta Operária — TLO — órgão oficioso do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) tem se transformado na mais ardorosa inimiga da CUT e do PT, ao mesmo tempo que alinhou-se, solidamente, ao governo da Nova República. Tais fatos não são desprovidos de coerência. Ao contrário, revelam a postura decidida de quem resolveu compactuar com a burguesia. De quem, em nome da "unidade das forças populares" estabeleceu uma aliança de princípios com o governo Sarney" pela causa do marxismo-leninismo e das transformações de fundo que o País exige".

A trajetória política da TLO e, por conseguinte, do PCdoB do qual é reflexo, descreve um círculo concêntrico que inicia por verdades reveladas e encontra, como diz, na prática, a revelação de tais verdades. Aparentemente sinuosa, volta sempre ao lugar de origem.

A vertente das concepções

Ao analisar as posições assumidas por ambos — TLO e PCdoB — não se pode cair em outro engano, simplório, de responsabilizar somente os indivíduos. É preciso ir buscar, além da matriz ideológica que os une, a vertente teórico-política de suas concepções.

Na edição de 9 a 15 de junho/86, a TLO, numa pequena matéria dedicada à morte de Augusto Ruschi, naturalista brasileiro, condena os métodos "supersticiosos e de magia" (pajelança) a que ele se submeteu, buscando curar-se e assegura que as soluções para os "problemas do mundo, sejam de saúde ou da vida social, só podem ser encontrados através da ciência".

Essa afirmação categórica, não pode ser resumida a um simples obituário. Trata-se de uma posição de fundo, na qual se revela o quanto os fundamentos teóricos da TLO (e do PCdoB) são positivistas, isto é, anti-marxistas. Todos os problemas, inclusive os humanos e sociais, só podem ter solução à luz da ciência. Este é o ponto de origem. A política, fenômeno humano originado na luta de interesses, é dissolvida. Portanto, a atitude de posicionar-se diante dos problemas — inclusive aqueles da luta de classes — tem origem, não numa escolha e construção dos rumos da história humana, que é justamente o campo da polí-

tica, mas em leis científicas encarregadas de desvendar esses rumos.

A aliança com a Nova República

Vejam como isso tem conexão com os motivos pelos quais a TLO e o PCdoB, aliam-se com a Nova República, e resulta daí uma política reformista.

Primeiro, entretanto, precisamos compreender como ambos — TLO e PCdoB — entendem os conceitos de "estado" e "governo". Como um rápido exemplo, basta examinarmos a coluna "Lições da Luta Operária" da TLO, na edição de 2 a 8 de junho/86. Diz ali que "O Estado é o aparato geral, são as instituições, os mecanismos de poder, as Forças Armadas, a Política, etc. O governo é a administração deste imenso aparelho de dominação durante um determinado período."

A partir daí é fácil deduzir que o governo é o administrador da dominação e que cabe a ele, governo, a tarefa de realizar os interes-

ses de dominação do Estado. Contudo, o colunista avança para nos informar que "O governo pode, em determinadas situações, propor medidas que de certa forma 'amenizam' a dominação de classe, pode comportar-se de maneira democratizante".

Os espaços democráticos

E é desta contradição entre "governo e Estado" que vai ser retirada a idéia de que é necessário ir lentamente abrindo espaços "democráticos", deles brotando, quase espontaneamente, a organização sempre crescente dos operários e do "povo" contra a exploração capitalista. Isto é, de grão em grão a galinha enche o papo e de reforma em reforma se chega à revolução.

Ora, a partir disso fica claro por que dissemos mais acima que essa posição acabava por dissolver a luta política (luta de interesses). Porque, primeiro não apresenta aos operários e contra o governo e o Estado, um projeto revolucionário que demonstre como realmente são

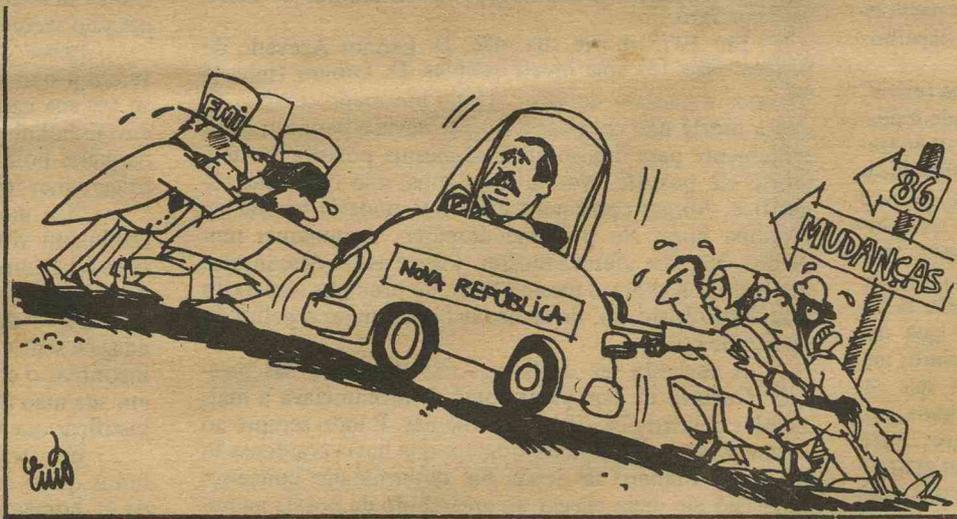
opostos os interesses operários populares dos interesses da burguesia. Evita, portanto, em nome do "avanço democrático", de politizar aos operários, isto é, evita de oferecer-lhes opções concretas em oposição àquelas apresentadas pelo governo.

Isso tudo se articula com a defesa, que fazem a TLO e o PCdoB, sobre o caráter exclusivamente "científico" que deve presidir a solução dos mais variados problemas da "vida social". Para ambos, a consciência de classe não é produto da luta que as classes revolucionárias travam contra a dominação burguesa, mas o resultado de passos dados sempre na mesma direção, acumulando dia-a-dia a "experiência científica" de ser dominado. Trata-se de uma acumulação sucessiva de experiências e não da adoção do projeto revolucionário que brota do confronto, este sim permanente, com as propostas sociais que a burguesia alardeia interessarem a todos.

Deus e o demônio

No desenrolar das coisas resulta, e só pode resultar, o que se costuma chamar de reformismo, isto é, a adoção de uma política que avança aos poucos e que precisa atender a deus e o demônio. Ao acreditar que a aliança com o governo proporciona o dito "espaço democrático", que por conseguinte levará ao "crescimento da consciência das massas" — como diz o Editorial da edição de 4 de janeiro a 2 de fevereiro/86 da TLO — precisam fazer concessões ao demônio, enquanto buscam provar a deus que todos os "avanços" conduzem ao paraíso do socialismo. Portanto, estão sempre apresentando propostas que não firam o coração do aliado, leia-se Nova República, pois aí a aliança deixaria de existir. E daí resulta limpo, o reformismo. Uma plataforma mesquinha de conciliação de classe, que empurra as massas, como no caso das "brigadas do Sarney", a dar mais e mais crédito ao governo, ao invés de propor o confronto.

Aliás, como poderiam ser diferentes? Apóiam a Sarney e outros tantos coronéis e latifundiários do nordeste. Apóiam a Quéricia para o governo de São Paulo. Associaram-se ao pelego Joaquinção na CGT. Pois, como ressalta a própria TLO, estes são os "verdadeiros patriotas".



Charge da Tribuna da Luta Operária

Morre o mágico

(Na avançada idade
que o ensinou
a resignação de
ser Borges)

Maria V. da Silva



Espejos. Hay que ter muitos e ciclópicos para que possamos arranhar Borges. Perceber que num imperceptível descuido nossa imagem pode estar modificando-se aleatoriamente. Sem nosso consentimento. Temer o espelho e sua máscara de água. Temer nossa multiplicação em infinitos outros que se refletem, que se refletem, que se refletem.

Borges, escritor morava num espelho. Por vezes trocava de lugar com sua própria imagem e dela recebia outros contos de outras épocas. Assim é ele mesmo que escreve sobre o outro, o Borges. Aquele para quem as coisas acontecem, que compartilha com suas preferências, "mas de um modo vaidoso que as transforma em atributos de ator". Eis então que não é sobre a existência de um Jorge Luis Borges que temos que falar. Vários Borges se entrecruzam. O difícil é enumerá-los e reconhecê-los nesse imenso Jardim dos Caminhos que se bifurcam.

Enquanto um vai contar histórias dos negros do Mississipi e alarga seu humor diante um Provedor de Iniquidades, ao outro atrai os reis da Escandinávia, ou mesmo as sedas de Benares. Há aquele a quem se justifica o tigre pelo tigre e ainda outro enredado com livros intermináveis que não possuem nunca primeira ou última folha, cuja numeração fica na casa dos milhares e a "inconcebível folha central não tem reverso". Livros estes que se espalham por uma biblioteca que é quase um país onde existem zonas de hexágonos ampliados por espelhos que os duplicam fielmente.

Se persistirmos em continuar lendo Borges (em Y, X, ou Z, tanto faz) encontraremos um lugar onde é possível que seja verdade apenas o que se sucede a cada trezentas noites e onde as coisas propendem simultaneamente a apagar-se e a perder as particularidades, quando se as esquece. "É clássico o exemplo do umbral que perdurou enquanto o visitava um mendigo e que se perdeu de vista com sua morte". Ou ainda saberemos como se processava a loteria da Babilônia onde um sorteio se bifurca em muitos outros infinitamente, sendo que nenhuma decisão final é tomada. "Também há sorteios impessoais, de objetivo indefinido: um ordena que se lance às águas do Eufrates uma safira de Taprobana; outro, que do alto de uma torre se solte um pássaro; outro que secularmente se retire (ou se acrescente) um grão de areia aos inumeráveis que há na praia. As conseqüências são, às vezes, terríveis".

Se dessa frase você for remetido para alguma nota ao pé da página, não tenha dúvidas que além de tudo o que inventou Borges conseguiu também imiscuir-se nas suas próprias histórias como uma prosaica Nota do Redator ou ainda uma singular citação de algum autor que tanto pode ser um clássico romano como um providencial vizinho seu em Palermo.

Os livros e a noite

Em 1955 Borges foi nomeado para dirigir a Biblioteca Nacional em Buenos Aires. Diz: "Aos poucos, fui compreendendo a estranha ironia dos fatos. Sempre imaginei o Paraíso como uma espécie de biblioteca. Em todo caso, aí estava eu, no centro de novecentos mil volumes, em diversos idiomas. Verifiquei que só tinha condições de decifrar as capas e as lombadas. Eram novecentos mil livros em branco que Borges passaria então a administrar. Ele mesmo revelou em poema que somente uma magnífica ironia poderia dar-lhe junto os livros e a noite. Sua mãe passou então a ser sua secretária. A que lia para ele e escrevia os relatos que ditava. Se não ela, qualquer

pessoa que o viesse visitar acabava sempre por colocar no papel algum poema ou frase arquivada em sua memória talvez por vários dias. Assim foram escritas suas últimas obras. Da cegueira ele nunca fez ou tentou fazer um sinistro castigo. Seu pai, costuma dizer, havia morrido risonho e cego. Em uma palestra em Buenos Aires, Borges chegou a dizer que estava em tratamento para que pudesse readquirir a capacidade de vislumbrar a "incrível" cor vermelha.

Em 1975 morre sua mãe: D. Leonor Acevedo de Borges. Não foi uma morte simples. D. Leonor tinha já 99 anos e cansara de viver. Tinha um medo terrível de que a morte não chegasse e Borges ouvia-a pedindo insistentemente para descansar. Essa mesma postura frente a morte ele possuía. Nos últimos anos, sem nenhuma canastrice, Borges costumava dizer que poderia morrer na próxima hora. No próximo domingo. A qualquer momento. Não lhe afetava morrer. Talvez assim descansasse de lembrar sempre o mesmo livro, de procurar sem êxito a saída do labirinto, de temer sua imagem ao espelho do quarto de criança.

A cegueira fez de Borges um estudioso das palavras. Gostava de comparar como se pronunciava a mais simples palavra nos diferentes idiomas. E indo sempre ao início chegava ao primeiro homem que havia condensado em certo número de letras um determinado conceito. Com isso ele dizia chegar ao preâmbulo da poesia na humanidade. O ato de achar e denominar sonoramente as coisas que rodeavam os homens.

El Sur

Mas Borges também era argentino. Seus sonhos geralmente fixavam-se em duas esquinas de Buenos Aires. De dentro desse "criolismo" que ele denominou "argentinismo intolerável" saíram suas melhores obras. Ele mesmo diz em um dos seus prólogos que gostaria de ser lembrado também por "A Intrusa", conto sobre uma mulher que atendia a dois irmãos "com uma submissão animal; mas não podia esconder uma certa preferência pelo mais moço, que não havia recusado a participação, mas também não a dispusera"; e que ao matá-la ambos "abraçaram-se, quase chorando. Agora, estavam ligados por outro laço: a mulher tristemente sacrificada e a obrigação de esquecê-la".

Para se entender o sul, este lugar onde "sempre no momento mais terrível há uma faca que te alcançam" há que ler o conto "O Sul". Dahlmann é neto de irlandeses. Mas já se encontra perfeitamente argentino. Secretário

de uma biblioteca municipal tinha a muito custo conseguido salvar uma estância da família e sonhava com sua ampla casa como se ela o esperasse nalgum ponto da mítica planície ao sul.

Adoeceu. Depois de muitos dias no hospital recebeu alta e tomou um trem rumo a estância. Os médicos haviam dito que seria uma ótima recuperação e um ótimo descanso. Dahlmann sentia que retornava às origens no sacolejar do trem.

Desce numa estação anterior a sua e vai até uma venda próxima para aguardar alguma condução que o leve até sua casa. Na venda alguns rapazes começam a lhe enviar bolinhas de pão pela cabeça. Dahlmann, a partir daquelas bolinhas vê-se convidado para um duelo. Nunca brigara mas restava o consolo de estar desarmado...

"De um canto, o velho gaúcho estático, no qual Dahlmann viu um símbolo do Sul (o Sul que era seu), atirou-lhe uma adaga desembainhada que veio cair a seus pés. Era como se o sul tivesse resolvido que Dahlmann aceitasse o duelo. Dahlmann inclinou-se para recolher a adaga e sentiu duas coisas. A primeira, que esse ato quase instintivo o comprometia a lutar. A segunda, que a arma, em sua mão inábil, não serviria para defendê-lo, mas para justificar que o mataram".

Essa tragédia que desmorona sobre os homens em horas quase extras da vida. Essa ânsia do aço que comanda o homem ao seu limite só Borges conseguiu com tanto brilhantismo. "Numa gaveta da secretária, entre borradores e cartas, interminavelmente, sonha o punhal seu singelo sonho de tigre, e a mão se anima quando o dirige porque o metal se anima, o metal que em cada contato pressente o homicida para quem os homens o criaram".

O sonho

Um dia Borges sonhou que morria. Casou então com Maria Kodama que era um sonho que sonhava a mais de trinta anos. Com ela percorreu crepúsculos num balão. Com ela percorreu os tribunais que julgavam os militares na Argentina. Com ela certamente, e, desgraçadamente, recebeu uma medalha qualquer de Pinochet. Borges sofreu um exílio duradouro em Buenos Aires. Sessões de Autógrafos onde somente iam as senhoras do chá. Hoje ele morto, sonha que Kodama começa a existir. E Maria Kodama fala. Não sabemos ainda determinar com exata precisão se é ela que está delineando as palavras ou se Borges, sorrindo está lhe ditando mais uma história enquanto um "gato dos mais ordinários os ronda com certa perplexidade".